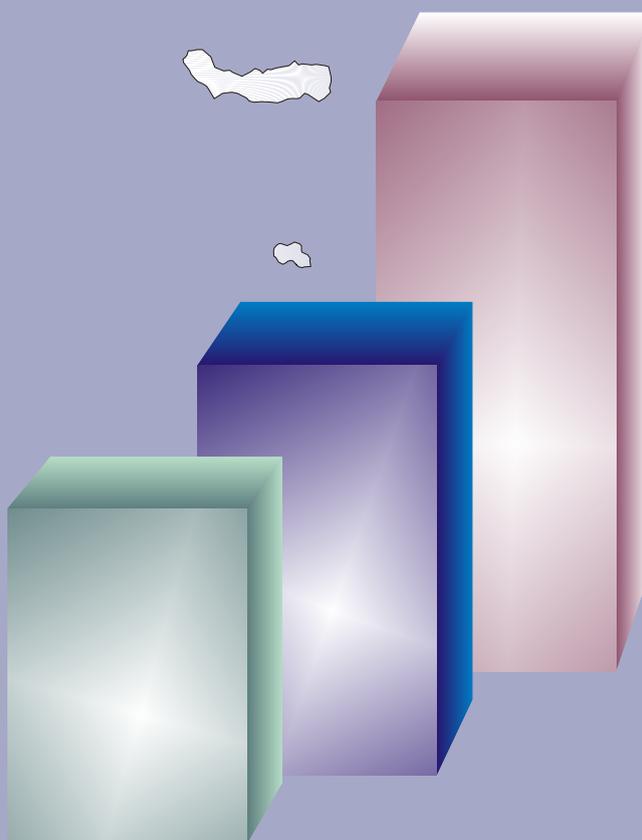
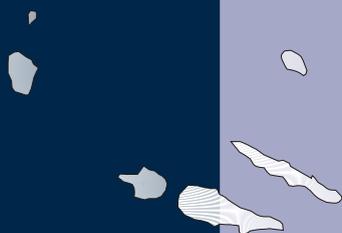




REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais

Situação Socioeconómica 2008



Dezembro

21/2009

ÍNDICE

	Pág.
Introdução.....	5
0. Contas Regionais	7
1. População.....	11
2. Mercado de Trabalho	17
3. Preços.....	23
4. Moeda e Crédito	27
5. Finanças Públicas.....	31
6. Agricultura	35
7. Pescas	41
8. Energia	47
9. Comércio com o Estrangeiro	51
10. Turismo.....	53
11. Transportes	57
12. Educação.....	61
13. Desporto	65
14. Cultura	67
15. Saúde	69
16. Segurança Social.....	73
17. Sociedade da Informação	77

INTRODUÇÃO

O Presente documento visa proporcionar uma panorâmica da realidade económica e social da Região Autónoma dos Açores.

Para o efeito apresenta-se informação quantificada relevante e disponível e, sempre que possível, a análise da evolução recente dos diversos domínios e sectores tratados.

Esta publicação está disponível no site:

www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/vp-drpfe/

DREPA, Novembro de 2009

0. CONTAS REGIONAIS

As actividades económicas nos Açores correspondem a uma quota de participação na economia nacional na ordem de 2%, contribuindo para a sustentação de um nível de rendimento que, medido em termos de PIB per capita, atingiu 13,7 mil euros por habitante no ano de 2007 e representava, ao mesmo tempo, cerca de 89% da média registada para o conjunto do país.

Factores de dimensão absoluta dos recursos humanos disponíveis têm influenciado esta participação no âmbito da economia portuguesa, mas são factores relativos de eficiência económica que têm vindo a condicionar de forma crescente a evolução do nível de riqueza, medido em termos daquele rácio do PIB por habitante residente.

Produto Interno Bruto a preços de mercado

Unid.: Milhões de Euros

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007*
1. Açores.....	2 488	2 666	2 785	2 887	3 018	3 199	3 343
2. País.....	129 308	135 434	138 582	144 128	149 123	155 446	163 119
% (1/2)	1,92	1,97	2,01	2,00	2,02	2,06	2,05
PIB per capita (mil euros/hab.)	10,5	11,2	11,6	12,0	12,5	13,2	13,7
PIB per capita (Portugal=100)	83,5	85,7	87,6	87,4	88,3	89,9	89,3

* Resultados preliminares.

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2000).

A desagregação do VAB por ramos de actividade evidencia a dimensão absoluta de serviços, enquanto indústrias e energia se destacam em termos de um padrão com maior regularidade de crescimento, a par de uma base de produção de actividades primárias que se mantêm a um certo nível de representatividade. Já as actividades de construção revelam maior variabilidade em termos dos respectivos volumes de produção.

VAB por Ramos de Actividades Económicas

Unid.: milhões de Euros

Actividades	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007*
Primárias	295	311	313	323	321	316	318
Industriais e energia.....	193	216	232	248	265	289	313
Construção	166	172	161	173	162	164	174
Comerciais	484	517	544	569	594	628	653
Financeiras	325	332	371	373	406	424	445
Outros serviços.....	707	769	798	824	849	916	962
Total.....	2 170	2 317	2 419	2 510	2 597	2 737	2 865

* Resultados preliminares.

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2000).

A Formação Bruta de Capital Fixo, ao longo do último ano com dados conhecidos, acumulou um total de 871 milhões de euros. Este montante aproximou-se de cerca de um terço do valor da produção no mesmo ano; mais concretamente, a chamada taxa de investimento aparente de FBCF em relação ao respectivo VAB foi de 31,8%.

Os ramos de serviços captam, os maiores volumes de investimento, mas é nos das indústrias que se atingem taxas de investimento mais significativas e, particularmente, mais ajustadas a uma linha de tendência mais regular.

FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo

Unid.: milhões de Euros

Actividades	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Primárias	36	33	39	38	33	126	22
Industriais e energia.....	87	105	131	178	160	192	142
Construção	37	39	36	21	31	32	15
Comerciais	189	176	184	372	311	372	227
Financeiras	117	61	65	280	292	331	225
Outros serviços.....	457	588	584	283	200	236	239
Total.....	923	1 002	1 039	1 167	1 027	1 290	871

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2000).

O Rendimento Primário obtido através da participação dos agentes económicos no processo produtivo cifrou-se em 2 397 milhões de euros,

baseando-se numa componente de remunerações em cerca de dois terços e noutra de excedentes de exploração em cerca de um terço.

Rendimento Primário

Unidade: Milhões de euros

Rendimentos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Excedentes de exploração..	628	653	680	697	718	736	750
Remunerações.....	1 097	1 201	1 290	1 340	1 421	1 479	1 517
Propriedade.....	81	89	87	91	94	118	130
Total.....	1 806	1 943	2 057	2 128	2 233	2 333	2 397

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2000).

Considerando as operações líquidas sobre o Rendimento Primário e relativas a impostos, a contribuições e prestações sociais, e a transferências obtém-se um Rendimento Disponível de 2348 milhões de euros.

Rendimento Disponível

Unidade: Milhões de euros

Rendimentos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Rendimento PrimárioS	1 806	1 943	2 057	2 128	2 233	2 333	2 397
Impostos correntes.....E	87	65	95	92	115	120	137
Contribuições sociais..E	304	336	363	391	411	441	455
Prestações sociais R	224	357	374	406	434	457	482
Outras transferências.....S	32	37	34	34	23	35	61
Rendimento Disponível	1 671	1 936	2 007	2 085	2 164	2 264	2 348

S- Saldo; E- Emprego; R- Recursos.

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2000).

Divulgação dos dados de 2008

À data de expedição deste documento o Instituto Nacional de Estatística divulgou os dados preliminares para 2008 das Contas Regionais.

Em termos sintéticos, segundo o INE, a evolução anual do PIB nos Açores, em 2008 e em termos nominais, foi de 1,6%, taxa inferior à da média nacional (2,1%). Porém, em termos reais, a evolução do PIB nos Açores (2,3%) foi a mais significativa no contexto nacional, cuja variação foi de 0,0%.

Produto Interno Bruto
a preços de mercado

Unid.: Milhões de Euros (preços correntes)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
1. Açores.....	2 488	2 666	2 785	2 887	3 018	3 199	3 343	3 395
2. País.....	129 308	135 434	138 582	144 128	149 123	155 446	163 051	166 437
% (1/2)	1,92	1,97	2,01	2,00	2,02	2,06	2,05	2,04
PIB per capita (mil euros/hab.)	10,5	11,2	11,6	12,0	12,5	13,2	13,7	13,9
PIB per capita (Portugal=100)	83,5	85,7	87,6	87,4	88,3	89,9	89,3	88,5

* Resultados preliminares.

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2000).

1. POPULAÇÃO

Para o ano de 2008 o INE estima uma população residente nos Açores de 244 780 pessoas. Este número incorpora um acréscimo de 774 habitantes, o que representa uma taxa de variação de 0,32% em relação ao ano anterior.

O acréscimo total de residentes resulta da agregação de 562, por via do saldo fisiológico ou natural, com 212 indivíduos, por via de um saldo migratório.

Decomposição da Evolução Demográfica

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
População	241 763	238 767	240 024	241 206	242 241	243 018	244 006	244 780
Saldo fisiológico .	521	395	445	550	579	471	597	562
Saldo migratório	4 214	-3 391	812	632	458	306	391	212

*Dados provisórios.

Fonte: INE, SREA, DREPA.

O saldo fisiológico de 562 indivíduos foi apurado pela diferença entre os registos de 2836 nascimentos e 2 274 óbitos. Se em relação ao ano anterior o saldo fisiológico representa uma evolução mais moderada, já em relação à média dos últimos anos registou um volume maior que, atendendo a uma certa estabilidade no número de nascimentos, se ficou a dever principalmente à redução no número de óbitos.

Evolução dos Saldos Fisiológicos

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
Nascimentos	3 129	3 064	3 081	3 007	3 019	2 810	2 847	2 836
Óbitos.....	2 608	2 669	2 655	2 457	2 439	2 339	2 250	2 274
Saldo fisiológico	521	395	445	550	579	471	597	562

*Dados provisórios.

Fonte: INE, SREA,

O saldo migratório foi calculado por dedução, através da diferença entre as estimativas para a evolução total e os dados apurados para o saldo fisiológico.

As autoridades públicas vêm utilizando as fontes de informação dos serviços na fronteira e de autorização de vistos ou residência, que revelam aspectos relativos ao fenómeno migratório, mas cobrindo apenas as situações ou fluxos de entrada e, conseqüentemente, de imigração. Assim, dados sobre emigração não dispõem de fontes de informação corrente e os disponíveis reportam-se a alguns anos já relativamente recuados.

Emigração por Destinos

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
EUA	96	95	72	61	50	68
Bermuda e Outros.	115	139	258	351	428	263
Total	211	234	330	412	478	331

Fonte: SREA.

Os elementos sobre fluxos e situações de entrada de estrangeiros em território nacional estão condicionados pelo quadro legal que registou uma mudança significativa em 2007, com implicações em termos de continuidade de séries, não sendo directamente comparáveis com elementos de anos anteriores.

Segundo este quadro legal, no ano de 2007 encontravam-se 4.692 titulares de autorização de residência nos Açores, representando cerca de 1,2% dos registados no conjunto das regiões portuguesas.

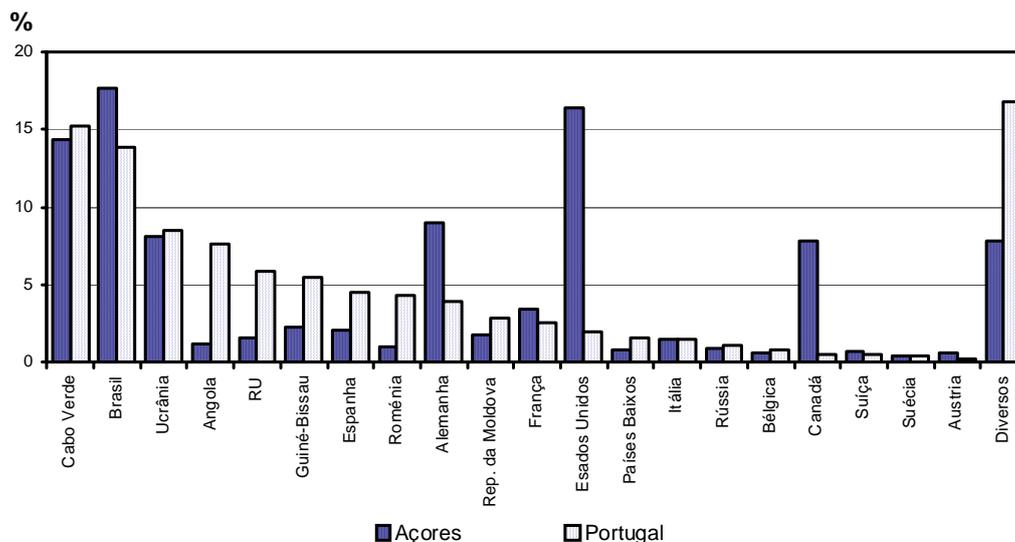
Entre os titulares com autorização de residência destacavam-se, pela dimensão que atingiam, os de nacionalidades brasileira, estado-unidense e cabo-verdeana, respectivamente com 17,7%, 16,4% e 14,3% do total. Os de outras nacionalidades representavam quotas inferiores a 10%.

Em termos proporcionais e no contexto nacional, é evidenciável a representatividade nos Açores de residentes com nacionalidade estado-unidense, canadiana e alemã. Se para os dois primeiros casos haverá factores explicativos associáveis a ligações migratórias tradicionais, já para os residentes de nacionalidade alemã serão razões mais recentes.

A representatividade de residentes de nacionalidade ucraniana também atinge presentemente uma dimensão significativa, mas situa-se a um nível comparável ao registado a nível nacional.

Estrangeiros com Estatuto Legal de Residente

Estrutura (%) em 2007



As estimativas para a distribuição etária segundo os grandes grupos mantiveram a trajectória já revelada nos anos anteriores a 2008, a saber:

- redução do grupo dos mais jovens (0 a 14 anos),
- reforço da componente de população em idade activa (15 a 64 anos) e
- uma certa proporcionalidade na faixa dos mais idosos (65 e mais anos).

Estas estimativas apontam no sentido de reflectirem tendências de redução de natalidade e de reforço de atractividade profissional na faixa de indivíduos em idade activa.

Estrutura Etária da População

	%				
	1991	2001	2006	2007	2008
0-14 anos	26,4	21,4	19,3	19,0	18,8
15-64 anos	61,1	65,6	68,3	68,6	68,8
65 e + anos.....	12,5	13,0	12,4	12,4	12,4

Fonte: - INE.

Os Açores incluem-se nas regiões europeias com crescimento da populao residente através da combinao positiva das componentes fisiológica e migratória.

A componente fisiológica com um saldo natural de 562 individuos evidencia-se como principal contributo  evoluo global e apresenta-se como elemento explicativo do grau de juventude da estrutura etária.

A componente migratória assume um significado relevante do ponto de vista de tendência interna e da presente natureza positiva, mas não atinge o grau de atractividade média a nível da União europeia.

Comparaco de Indicadores sobre Populao

Ano de 2008*

		Açores	Portugal	UE
Populao (em 31 de Dezembro).....	N	244 780	10 627 250	499 723 520
Saldo natural	N	562	314	592 795
	‰	2,3	0,0	1,2
Saldo migratório	N	212	9 361	1 467 332
	‰	0,9	0,9	2,9
Estrutura etária da populao				
0 - 14	%	18,8	15,3	15,8
15 - 64	%	68,8	67,1	67,3
65 e + anos.....	%	12,4	17,4	16,9

* Em 31 de Dezembro de 2008 ou, então, 1 de Janeiro do ano seguinte

Fonte: - INE e EUROSTAT.

As estimativas da distribuo da populao no arquipélago açoriano, para o ano de 2008, sugerem a continuidade do padrão de crescimento já esboçado nos últimos anos.

De facto a análise dos dados segundo as ilhas e, também, segundo os concelhos parece reflectir uma certa difusão de crescimento, particularmente observável através da reduo nas diferenças de crescimento entre aquelas mesmas parcelas.

Evoluco da Populao Residente, por Ilhas e Concelhos

Ilhas, Concelhos	1981	1991	2001	2007	2008
Açores	243 410	237 795	241 763	244 006	244 780
Santa Maria, Vila do Porto	6 500	5 922	5 578	5565	5 574
São Miguel	131 908	125 915	131 609	133 281	133 816
Lagoa.....	12 849	12 900	14 126	15 367	15 583
Nordeste	6 803	5 490	5 291	5 291	5 307
Ponta Delgada.....	63 804	61 989	65 854	64 246	64 092
Povoaco	8 458	7 323	6 726	6 795	6 818
Ribeira Grande.....	28 128	27 163	28 462	30447	30 852
Vila F. do Campo.....	11 866	11 050	11 150	11 135	11 164
Terceira.....	53 570	55 706	55 833	55 844	55 923
Angra do Herosimo.....	32 808	35 270	35 581	35116	35 065
Praia da Vitória.....	20 762	20 436	20 252	20 728	20 858
Graciosa, Santa Cruz.....	5 377	5 189	4 780	4 879	4 910
São Jorge	10 361	10 219	9 674	9 492	9 473
Calheta.....	4 434	4 512	4 069	3 878	3 857
Velas.....	5 927	5 707	5 605	5 614	5 616
Pico	15 483	15 202	14 806	14 840	14 850
Lajes do Pico.....	5 828	5 563	5 041	4 732	4 681
Madalena.....	5 977	5 964	6 136	6 297	6 316
São Roque do Pico.....	3 678	3 675	3 629	3 811	3 853
Faial, Horta	15 489	14 920	15 063	15 527	15 629
Flores.....	4 352	4 329	3 995	4 099	4 117
Lajes das Flores.....	1 896	1 701	1 502	1 529	1 534
Santa Cruz das Flores.....	2 456	2 628	2 493	2 570	2 583
Corvo, Vila Nova	370	393	425	479	488

Fonte: INE, Séries Estatísticas 1994...2004.

INE, estimativas para 2008

2. MERCADO DE TRABALHO

O número de 117,6 milhares de indivíduos da população activa no ano de 2008 incorpora um crescimento de 4,8% em relação ao ano anterior. Esta evolução correspondeu a uma maior utilização de recursos humanos disponíveis, tendo a taxa de actividade atingido 48,2%, face a 46,1% no ano anterior.

A taxa de actividade feminina de 38,4%, ao mesmo tempo que acompanhou a evolução global, prosseguiu a tendência de reforço da participação das mulheres no mercado de trabalho.

A partir destes dados, observa-se uma capacidade de oferta de emprego reforçada em relação ao ano anterior, registando-se uma criação líquida de empregos superior a três milhares. Por outro lado, o crescimento da procura a um ritmo ainda mais intenso acentuou o nível do desemprego, que se traduziu numa taxa de 5,5%, enquanto ano anterior fora de 4,3%.

Condição da População Perante o Trabalho

	Nº Indivíduos								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
População Activa.....	99 008	100 646	103 645	105 099	108 586	109 773	111 755	112 159	117 582
Empregada	96 171	98 360	100 974	102 066	104 892	105 283	107 500	107 284	111 168
Desempregada	2 837	2 286	2 671	3 033	3 694	4 490	4 255	4 875	6 414
População Inactiva....	137 724	136 309	134 175	134 440	132 583	131 873	130 956	131 222	126 540
Tx. de Actividade (%) ..	41,8	42,4	43,5	43,8	45,0	45,4	46,0	46,1	48,2
Tx. de Actividade Feminina (%)	28,7	30,2	31,4	32,1	33,4	33,8	34,9	36,0	38,4
Tx. de Desemprego (%)	2,9	2,3	2,6	2,9	3,4	4,1	3,8	4,3	5,5

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

No âmbito da população inactiva continuaram a verificar-se as tendências anteriores, reduzindo-se a componente classificada como doméstica e ampliando-se a de reformados.

Os elementos sobre a população estudantil não se encontram desagregados pelas estatísticas do inquérito ao emprego mas, atendendo que representarão a parte mais significativa do excedente complementar

à população doméstica e reformada, o seu volume absoluto ter-se-á situado numa ordem de grandeza relativamente estabilizada.

População inactiva

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Domésticos...	28,3	27,1	26,9	27,3	27,3	26,6	25,2	24,8	23,1
Reformados..	14,1	15,0	15,4	16,4	15,8	16,0	17,4	17,6	19,8
Outros.....	57,6	57,9	57,7	56,3	56,9	57,4	57,5	57,6	57,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Os sectores secundário e terciário, pela sua dimensão e composição por ramos mais heterogénea, registaram variações mais significativas no seu interior, algumas fazendo parte de tendências mais consistentes.

Assim, no sector secundário o ramo de construção voltou a registar uma criação líquida de emprego, enquanto o das indústrias transformadoras registou uma nova redução líquida de postos de trabalho.

No sector terciário, as actividades com criação líquida de empregos situaram-se no ramo de actividades imobiliárias e serviços prestados a empresas de alojamento e, ainda, no de alojamento e restaurantes; ao contrário, nas actividades de serviços públicos e sociais registaram-se decréscimos, nomeadamente nos de administração.

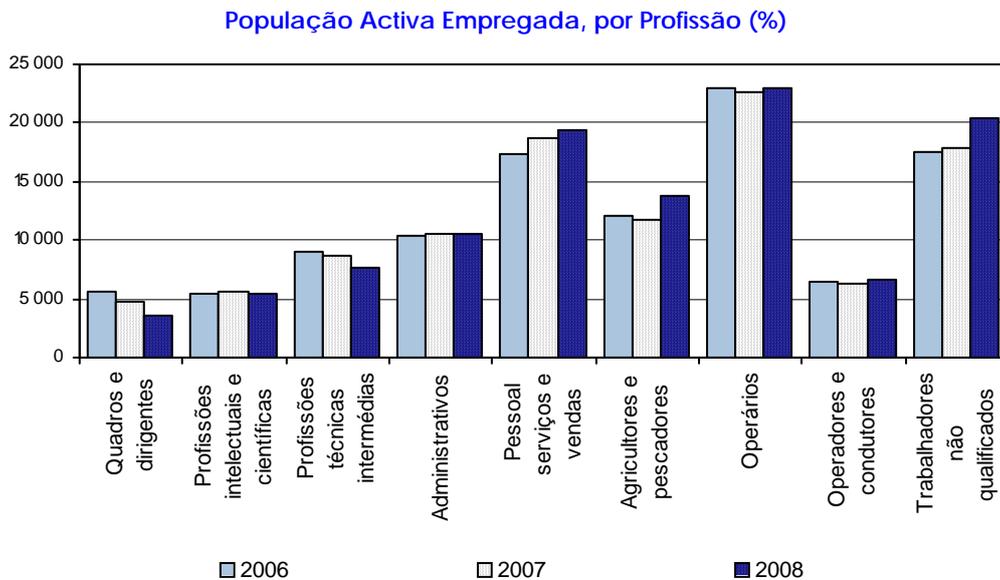
População Activa Empregada por Sectores de Actividade

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Sector Primário.....	16,4	13,8	13,4	12,8	12,5	12,4	12,4	12,0	13,1
Sector Secundário..	25,9	28,2	29,2	28,2	26,4	25,4	25,9	26,8	26,7
Sector Terciário	57,7	58,0	57,4	59,0	61,1	62,2	61,7	61,2	60,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

A evolução da população empregada segundo a profissão registou crescimentos mais expressivos na categoria de Agricultores e trabalhadores qualificados na agricultura e pescas e, também, na categoria de Trabalhadores não qualificados em geral.

Crescimentos mais moderados, mas ainda significativos no sentido de serem superiores ao crescimento médio, registaram-se na categoria de Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem e, também, na de Pessoal dos serviços e vendedores.



Na população activa empregada segundo a situação na profissão a categoria de por conta de outrem manteve a representatividade global na ordem de 78%.

A evolução mais visível correspondeu ao reforço do volume dos que trabalham por conta própria, em contrapartida ao volume dos classificados como familiares e outros.

População Activa Empregada, por Situação na Profissão (%)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Conta de Outrem....	72,8	75,6	78,0	78,1	78,4	78,5	78,6
Sem termo.....	53,9	57,7	60,3	62,2	63,1	62,5	62,1
Com termo.....	14,3	14,3	13,9	12,8	12,6	13,8	13,5
Outros.....	4,6	3,6	3,8	3,2	2,7	2,2	3,0
Conta Própria.....	24,3	21,8	19,9	19,9	19,4	19,1	19,9
Familiar e Outras.....	2,9	2,6	2,1	2,0	2,2	2,4	1,5
Total.....	100,0	100,0	1100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Do número de 6 414 desempregados que os inquéritos trimestrais do SREA/INE publicaram para o ano de 2008, registaram-se nos centros de emprego 3675.

A distribuição destes números por trimestre revela algum paralelismo, apontando no sentido de uma redução do desemprego no segundo e, principalmente, no terceiro trimestre, o que será associável a maiores ofertas de emprego sazonal na época estival.

Dados sobre Desemprego, 2008

	1º T	2º T	3º T	4º T	Ano
População Activa Desempregada (SREA)	6 408	6 364	6 170	6 714	6 414
Desemprego Registado (Centros de Emprego)	4 279	3 509	3 029	3 882	3675

Fontes: SREA, GEP do MTSS e DREPA.

Os dados disponíveis sobre oferta e procura de emprego, através dos próprios serviços dos centros de emprego e respectivos organismos de tutela, revelam um aumento efectivo de colocações nos meses de Verão. Este fenómeno é visivelmente correlacionável com as ofertas de emprego, já que os pedidos de emprego até registam maior ocorrência a partir do Outono, quando a procura de emprego se intensifica com jovens recém-formados e à procura de ocupação remunerada e laboral.

Oferta e Procura nos Centros de Emprego, 2008

Meses	Pedidos de Emprego	Ofertas de Emprego	Colocações
Janeiro	752	83	38
Fevereiro	582	89	36
Março.....	654	99	50
Abril.....	554	113	42
Maio	486	259	62
Junho.....	431	105	88
Julho.....	594	108	90
Agosto.....	464	114	74
Setembro	591	105	64
Outubro.....	1 151	53	48
Novembro	947	38	31
Dezembro.....	739	54	28

Fontes: GEP do MTSS e DREPA.

A actividade feminina destacou-se pela evolução revelada nos últimos anos, que permitiu atingir a taxa de 38,4% no ano de 2008. Todavia, tomando como referência os níveis atingidos na sociedade portuguesa em geral e na europeia dos 27 países da EU, observa-se uma margem para uma maior quantidade de mulheres ingressarem no mercado de trabalho.

Se se considerar aspectos mais qualitativos, de formação, e tomando como medida o nível de escolaridade completo, verificam-se algumas diferenças na distribuição da estrutura nos Açores em relação à do país no seu conjunto. Efectivamente, a dos Açores concentra-se mais até ao nível básico (3º ciclo), deixando pressupor margens de crescimento para o nível secundário e, de forma ainda mais acentuada, para o nível superior.

Todavia, estas diferenças relativizam-se entre si, quando são comparadas ao padrão mais exigente e com distribuição mais normalizada dos 27 países da União Europeia.

Elementos de estrutura, 2008

	Açores	Portugal	UE (27 países)
Taxa de Actividade			
Total	48,2	53,0	48,6
Homens	58,1	58,2	54,8
Mulheres.....	38,4	48,0	42,8
Nível de Escolaridade Completo (%)			
Até ao básico, 3º ciclo	79,3	69,8	24,5
Secundário	12,7	15,2	49,3
Superior.....	8,0	14,9	26,1

Fontes: SREA / INE, Eurostat e DREPA.

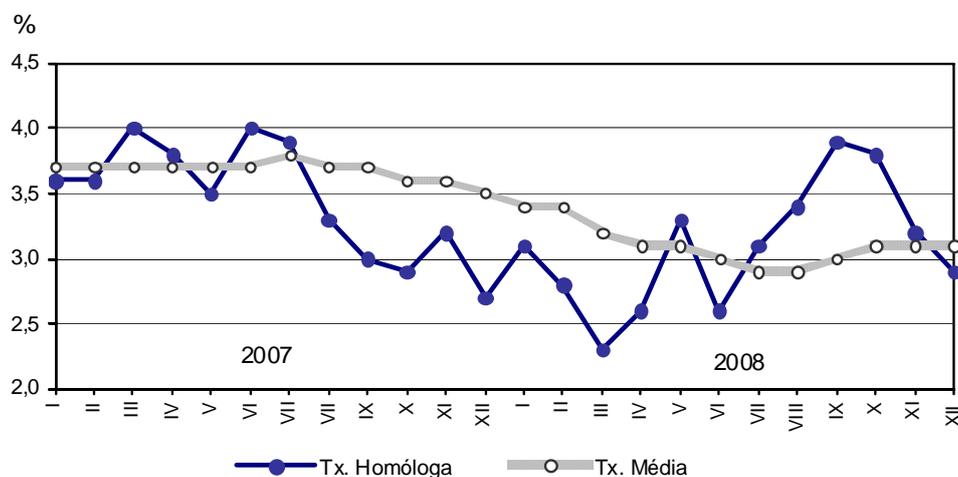
3. PREÇOS NO CONSUMIDOR

Durante o ano de 2008 a evolução média dos preços no consumidor traduziu-se numa taxa de 3,1%, situando-se a um nível inferior ao de 3,5% do ano anterior. Esta evolução média integrou-se num processo de desaceleração de preços, que sofreu interrupções provocadas por choques reflectidos em variações homólogas mais intensas.

Depois de ultrapassados os choques centrados nalgumas componentes de preços, nomeadamente de bens alimentares, verifica-se novo regresso a um processo de desaceleração, compreensível pelo esgotamento do choque temporário e pelos efeitos de importação de preços num contexto com características de abrandamento de pressões inflacionistas.

Efectivamente, os dados mais recentes e as perspectivas dominantes fornecem elementos nessa linha de moderação de preços.

Evolução de Preços no Consumidor



Observando a evolução dos preços em 2008, mas agora segundo as diversas classes, verifica-se que a variação média anual de bens Alimentares e Bebidas não Alcoólicas atingiu 6,3% em relação ao ano anterior, destacando-se pelo seu excesso em relação à média total de 3,1% no mesmo período. Atendendo que aquela classe também é a mais representativa com um peso de 24% no cabaz de bens que servem de base ao cálculo do índice de preços, a sua contribuição para a taxa de

inflação correspondeu com 1,5% daquela média total de 3,1%, enquanto ao conjunto de todas as outras classes correspondeu apenas a parte complementar de 1,6%.

Houve classes que, apesar de registarem variações de certa intensidade, tiveram efeitos menores em termos de contribuição para a média geral, devido ao seu peso reduzido na ponderação do cabaz de bens utilizado como referência de base para medição dos preços. É o caso da classe de educação com uma variação de preços de 4,5% (significativamente superior à já referida média anual de inflação de 3,1%), mas que com um peso de apenas 0,7% na ponderação do índice tem um contributo insignificante, correspondendo mesmo a 0,0% em termos de cálculo formal.

Variação e Contribuição por Classes de Despesa, em 2008

Unidade: %

Classes	Variação de preços	Ponderadores (peso)	Contribuição
1. Alimentares e Bebidas não Alcoólicas	6,3	24,0	1,5
2. Bebidas Alcoólicas e Tabaco	3,4	4,0	0,2
3. Vestuário e Calçado	1,7	6,5	0,1
4. Habitação., Água, Electricidade, Gás e Outros Combustíveis .	2,9	12,0	0,4
5. Acessórios, Equip. Domést. e Manut. Corrente da Habitação..	3,6	8,9	0,3
6. Saúde	0,3	6,3	0,0
7. Transportes.....	1,0	17,9	0,2
8. Comunicações.....	-1,3	3,6	0,0
9. Lazer, Recreação e Cultura	2,4	5,4	0,1
10. Educação.....	4,5	0,7	0,0
11. Hotéis, Cafés e Restaurantes.....	3,8	5,2	0,2
12. Bens e Serviços Diversos	2,0	5,8	0,1
Total	3,1	100,0	3,1

Fontes: SREA, e DREPA.

Os efeitos das variações de preços dos bens para alimentação (produtos alimentares mais bebidas alcoólicas e tabaco), com intensidades superiores à média e que atingiram o mercado consumidor açoriano, foram também observáveis nas mesmas classes dos mercados de consumo nas economias portuguesa e europeia (área do euro).

Aliás, os paralelismos na variação de preços no consumidor entre os diversos mercados apontam no sentido de mecanismos com factores de

formao de preços comuns. Assim será, quer no caso de bens mercantis com maior mobilidade como os de comunicaoes ou os de vestuário e calçado, quer mesmo no caso de serviços com maiores inércias de transaco comercial como os de construo (habitao mais equipamentos) ou os de educao.

**Variaco dos Preços por Classes,
nos Açores, em Portugal e na área do euro, em 2008**

Classes	Açores IPC	Portugal		rea do euro
		IPC	IHPC	IHPC
1. Alimentares e Bebidas não Alcoólicas	6,3	3,7	2,4	3,2
2. Bebidas Alcoólicas e Tabaco	3,4	7,5	7,2	3,5
3. Vestuário e Calçado	1,7	1,6	0,2	0,8
4. Habitao, gua, Elect., Gás e Outros Combustiveis	2,9	3,9	3,6	3,6
5. Acessórios, Equip. Domst. e Manut. Corr. da Habitao ..	3,6	1,7	1,9	2,2
6. Saúde	0,3	1,4	-0,1	2,1
7. Transportes	1,0	1,5	-5,4	-2,5
8. Comunicaoes	-1,3	-2,1	-2,4	-1,8
9. Lazer, Recreao e Cultura	2,4	0,6	1,3	0,3
10. Educao	4,5	4,2	3,4	1,4
11. Hotéis, Cafés e Restaurantes	3,8	3,7	3,9	3,3
12. Bens e Serviços Diversos	2,0	2,5	2,9	2,4
Total	3,1	2,6	0,8	1,6

Fontes: SREA, INE e Eurostat.

4. MOEDA E CRÉDITO

O volume de 2 834 milhões de euros de depósitos em instituições bancárias na Região Autónoma dos Açores, em 2008, incorpora um crescimento significativo em relação ao ano anterior. Efectivamente, o crescimento traduziu-se em taxas médias anuais positivas e superiores às do ano anterior.

Por outro lado, o volume de 4 446 milhões de euros de créditos é o resultado de uma evolução também significativa, mas a um ritmo mais moderado.

Assim, no ano económico de 2008, o grau de transformação das poupanças captadas em activos de financiamento traduziu-se no índice de 156,9%, enquanto no ano anterior fora de 166,2%.

Depósitos e Créditos Bancários

10⁶ Euros

Evoluções	Depósitos	Créditos ¹⁾	Créditos/Depósitos (%)
Absoluta			
2004.....	1 880	2 335	124,2
2005.....	2 308	3 013	130,5
2006.....	2 398	3 447	143,7
2007.....	2 446	4 065	166,2
2008.....	2 834	4 446	156,9
Relativa Nominal (Δ %)			
2005/2004.....	22,8	29,0	
2006/2005.....	3,9	14,4	
2007/2006.....	2,0	17,9	
2008/2007.....	15,9	9,4	
Relativa "Real" (Δ %)			
2005/2004.....	19,8	25,9	
2006/2005.....	0,3	10,4	
2007/2006.....	-1,5	14,4	
2008/2007.....	12,4	6,1	

1) Não inclui crédito titulado.

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico, www.bportugal.pt

Créditos

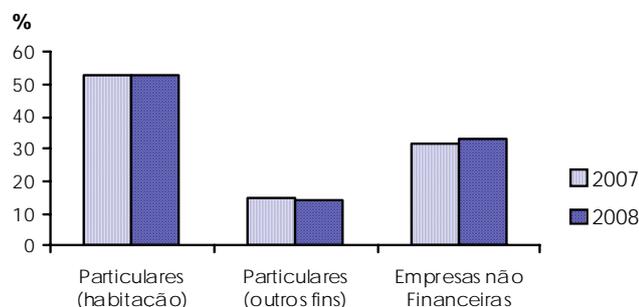
A distribuição dos créditos concedidos pelos bancos continuou a revelar uma afectação predominante de recursos financeiros a particulares (para habitação mais fins de consumo), representando no seu conjunto cerca de 2/3 do total em 2008.

Todavia, e em relação ao ano anterior, a evolução do crédito a particulares registou uma desaceleração mais significativa do que a do crédito a empresas não financeiras.

Efectivamente, a taxa de crescimento médio anual da concessão de crédito a particulares foi de 7,6%, enquanto às empresas foi de 13,2%.

A moderação do crédito a particulares abrangeu a componente destinada a investimento em habitação mas, tendo esta basicamente acompanhado a evolução média geral, foi na componente para outros fins de créditos ao consumo que assumiu certa evidência.

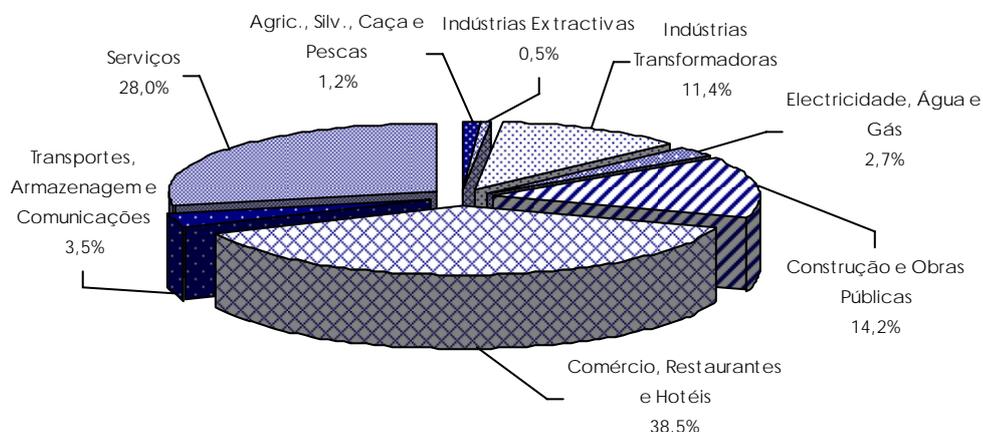
Créditos Concedidos



As actividades terciárias, nomeadamente comércio, restaurantes e hotéis, destacam-se pela quota de utilização de crédito concedido às sociedades não-financeiras.

As actividades industriais e de construção assumem um papel ainda relevante, mas mais contextualizado.

Crédito Concedido às Sociedades não Financeiras por Sector de Actividade (%)



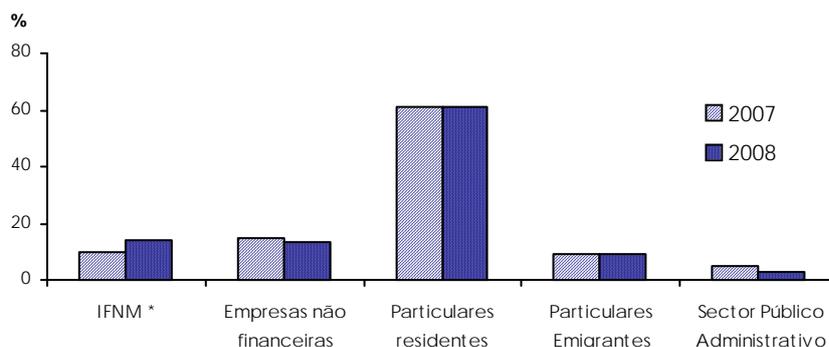
Depósitos

Em 2008, os depósitos de particulares continuaram a representar a forma mais significativa de captação de poupanças no âmbito do sistema bancário, mantendo uma proporção 61% para os particulares residentes e de 9% para os emigrantes.

Já os depósitos de Instituições Financeiras não-Monetárias - IFNM registaram uma proporção crescente em relação ao anterior, representando uma maior preferência por produtos financeiros tradicionais, num contexto de crise de mercados de capitais a afectar resultados noutras aplicações como nas de fundos com maiores riscos.

Por outro lado, a redução na proporção de depósitos de empresas e do Sector Público Administrativo - SPA traduzirá a necessidade e a preferência pela liquidez por parte destes agentes económicos.

Depósitos Captados



* Instituições Financeiras não-Monetárias.

Rede e cobertura bancária

A rede bancária atingiu 170 balcões durante o ano de 2008, prosseguindo o alargamento de uma rede de retalho que mostra uma estruturação através de agências mais pequenas, mas em maior número.

Esta rede de agências representa uma dimensão significativa em termos da existente a nível do país, deixando transparecer uma orientação de investimento em termos de cobertura territorial geradora de uma capacidade de crescimento potencial.

A uma cobertura territorial assinalável corresponde uma margem operacional significativa, na medida em que a arrecadação de depósitos é valorizada pela concessão de créditos.

Rede e Cobertura bancária em 2008

	Unidades	Açores	País	Açores/País (%)
Depósitos.....	10 ⁶ Euros	2 834	183 148	1,5
Créditos.....	10 ⁶ Euros	4 446	248 383	1,8
Balcões.....	Nº	170	6 078	2,8

Fonte: Associação Portuguesa de Bancos.

5. FINANÇAS PÚBLICAS

Evoluco Geral

Em 2008, o volume agregado das Despesas Correntes, de Capital e do Plano da Região Autnoma dos Açores traduziu-se em 1 055,5 milhões de euros, incorporando um crescimento de 9,5% em relao ao ano anterior.

As Despesas Correntes registaram uma evoluo mais moderada do que a média das despesas em geral, favorecendo a libertao de recursos financeiros para aplicaes nas Despesas de Capital e do Plano.

O financiamento das despesas continuou a basear-se nas componentes fiscal e de transferências, ao mesmo tempo que se recorreu a empréstimos como fonte acrescida de recursos. Outras pequenas rubricas, tenham sido correntes ou de capital, situaram-se a um nível residual, tendo representado 1,5% do total.

Aplicaes e Financiamento — Conta da RAA

	Montante (Milhões de Euros)			Estrutura %			Crescimento Δ%		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008	06/05	07/06	08/07
RECEITAS (Corr.+Capital)	927,1	969,3	1 055,5	100,0	100,0	100,0	11,1	4,6	8,9
Receitas fiscais (Imp.+Tax.)	588,7	480,7	526,6	63,5	49,6	49,9	15,5	-18,7	9,5
Transferências	242,6	384,2	422,1	26,2	39,6	40,0	-6,5	58,4	9,9
Empréstimos	49,8	56,5	91,0	5,4	5,8	8,6	-	13,5	61,1
Outras	46,1	47,9	15,8	5,0	4,9	1,5	-29,8	3,8	-67,1
DESPESAS	891,2	963,7	1 055,0	100,0	100,0	100,0	8,3	8,1	9,5
Despesas Correntes	533,2	571,5	571,5	59,8	56,4	54,2	3,4	2,0	5,1
Despesas de Capital	51,9	92,8	92,8	5,8	6,0	8,8	1 496,4	12,1	59,5
Despesas do Plano	306,1	390,7	390,7	34,3	37,6	37,0	0,9	18,2	8,0

Fonte: Conta da R. A. A., DROT.

Despesas

Incluindo as operações extra-orçamentais no valor de 245,6 milhões de euros, o total das despesas contabilizadas na conta da Região Autnoma dos Açores atingiu 1300,6 milhões de euros, em 2008.

As despesas correntes continuaram a centrar-se em encargos com pessoal e transferências, onde as verbas transferidas para o Serviço Regional de Saúde corresponderam a mais de quatro quintos do total daquelas.

Os encargos correntes da dvida de 13,1 milhões de euros representaram cerca de 1% do total das despesas contabilizadas, situando-se globalmente em termos proporcionais aos do ano anterior.

As despesas de capital centraram-se de forma predominante em passivos financeiros com amortização de dvidas.

As despesas do Plano de 390,7 milhões de euros situaram-se basicamente a um nível de evolução média global, mantendo uma representatividade de cerca de 30% do volume das despesas contabilizadas.

Despesas – Conta da RAA

Despesas	Milhares de Euros	
	2007	2008
Despesas Correntes	543 609	571 578
Pessoal	270 221	292 524
Aquisição de bens e Serviços	16 846	16 763
Encargos correntes da dvida	11 726	13 149
Transferências correntes	234 549	238 439
Subsídios	0	0
Outras despesas correntes	10 267	10 703
Despesas de Capital	58 165	92 780
Aquisição de bens de capital	863	875
Activos financeiros.....	0	0
Passivos financeiros	56 587	91 250
Transferências de capital	406	340
Outras despesas de capital	309	314
Despesas do Plano	361 884	390 659
Contas de Ordem / Operações extra-orçamentais....	248 713	245 593
Total	1 212 371	1 300 610

Fonte: Conta da R.A.A., DROT.

Receitas

Se ao total de financiamento, já referido anteriormente, se incluem outras receitas com carácter transitório e contabilístico, o valor da soma final na conta da Região Autnoma dos Açores atingiu um total de 1 300,9 milhões de euros, em 2008.

Num quadro com as principais componentes de receitas fiscais (impostos mais taxas correntes) mais desagregadas, evidenciou-se, pela representatividade e pelo crescimento, a arrecadao de impostos indirectos, particularmente o IVA.

J o financiamento captado por transferências, incluiu verbas com origem em receitas correntes, mas a parcela mais significativa correspondeu a receitas de capital.

Receitas – Conta da RAA

	Milhares de Euros	
Receitas	2007	2008
Receitas Correntes	629 070	676 262
Impostos directos	189 635	199 234
IRS.....	126 696	137 710
IRC.....	62 854	61 445
Outros	85	79
Impostos indirectos	282 167	318 544
Imposto de selo	25 838	25 803
IVA.....	162 900	216 882
Imposto s/ consumo tabaco.....	25 399	23 995
Outros	68 030	51 864
Taxas, multas, outras penalidades	4 563	4 510
Rendimentos de propriedade	5 676	4 977
Transferências	140 102	143 030
Outras receitas	6 926	1 635
Receitas de Capital	340 274	371 477
Venda de bens de investimento	136	85
Transferências	244 127	279 081
Activos financeiros	1 884	1 158
Passivos financeiros	56 500	91 000
Contribuioes para a segurança social	92	152
Outras receitas	1 694	2 084
Saldo da gerência anterior	35 933	5 687
Contas de Ordem	247 756	245 395
Total	1 217 100	1 300 905

Fonte: Conta da R.A.A., DROT.

Saldos

O saldo global de 0,5 milhões de euros, em 2008, resultou do excedente de meios financeiros libertos pelo saldo corrente de 104,7 milhões de euros em relao ao défice de 104,2 milhões de contos nas operaes de capital.

Excluindo as despesas financeiras de 13,1 milhões de euros com os encargos correntes (juros) gerados pela dvida, o saldo primário no exercício de 2008 correspondeu a 13,6 milhões de euros.

Saldos – Conta da RAA

	Milhões de Euros		
	2006	2007	2008
Saldo Corrente	153,4	85,5	104,7
Saldo de Capital	-117,4	-79,8	-104,2
Saldo Global	36,0	5,7	0,5
Saldo Primário	46,5	17,4	13,6

Fonte: Conta da R.A.A., DROT.

Dvida Pública Directa

Em 2008, a dvida pública de 274,61 milhões de euros representou em relao ao ano anterior um certo decréscimo, mesmo em termos nominais.

Também em relao ao ano anterior, o serviço da dvida no montante 104,39 milhões de euros incorporou uma movimentaco significativa de fluxos financeiros, mais por efeito do volume de amortizacão do que de encargos com juros.

Dvida Pública Regional

	Mil Euros			
	2005	2006	2007	2008
Dvida Pública Directa	275 030	274 951	274 864	274 614
Serviço da Dvida	7 158	60 409	68 314	104 399
Juros	7 158	10 432	11 702	13 123
Amortizaces	0	49 879	56 587	91 250
Outros encargos.....	0	98	25	26

Fonte: Conta da R.A.A., DROT.

6. AGRICULTURA

No ano agrícola de 2007/2008 a produção de batata situou-se dentro dos parâmetros considerados normais.

Já as produções de milhos, que se destinam principalmente para alimentação de animais, registaram volumes inferiores aos níveis habituais, verificando-se uma excepção na ilha do Pico.

As produções de chá e de tabaco mantiveram-se dentro da linha de evolução das produções agrícolas mais associadas a processos de transformação industrial, enquanto a produção de beterraba sacarina se situou a um nível inferior ao da tendência dos últimos anos.

Produção das Principais Culturas, R.A.A.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
Batata Cedo	4 699	4 984	4 984	4 886	4 611	4 637
Batata Tarde.....	12 878	14 344	15 137	13 907	14 467	15 113
Milho Grão	1 843	1 830	1 799	1 791	1 629	1 380
Milho Forragem.....	154 365	155 333	152 893	147 865	144 772	138 649
Beterraba Sacarina	5 265	9 330	18 654	19 447	16 974	11 618
Chá	116	125	112	125	142	145
Tabaco.....	104	138	125	104	118	118

* Valores provisórios
Fonte: SREA e INE.

A produção de vinho situou-se à volta de nove mil hectolitros, cabendo só aos vinhos de mesa cerca de 6,7 mil hectolitros, o que representou cerca de 70% do total.

Aos vinhos licorosos e de qualidade produzidos nas regiões demarcadas couberam, respectivamente, 639 e 167 hectolitros.

Produção de vinhos, R.A.A.

	2005	2006	2007	2008*
VLOPRD	397	624	758	639
De qualidade (VQPRD)	106	216	261	167
Regional	12 959	515	1 464	1 926
De mesa	6 610	8 985	9 514	6 683
Total.....	20 072	10 340	11 997	9 415

* Valores provisórios
Fonte: INE.

Durante o ano de 2008, o volume de 515,7 milhões de litros de leite recebido nas fábricas incorporou um acréscimo de 1,9% em relação ao ano anterior.

No que respeita aos produtos transformados, o leite para consumo manteve-se na casa dos 80 milhões de litros, enquanto os produtos lácteos (manteiga, queijo, leite em pó e iogurtes) atingiram 53,4 mil toneladas, acrescentando valor à matéria-prima recolhida na produção leiteira.

Produção e Transformação de Leite

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Leite recebido nas fábricas (1000 lt.)	492 211	491 276	499 801	505 872	506 216	515 728
Leite p/consumo (1000 lt)	52 852	65 797	74 670	78 137	89 862	84 069
Produtos lácteos (ton.s).....	51 289	49 681	48 887	49 948	50 500	53 416
Manteiga	7 325	6 794	6 568	7 489	7 127	8 300
Queijo	25 459	26 075	27 229	26 296	28 697	29 105
Leite em Pó.....	18 271	16 557	14 782	15 859	14 324	15 692
Iogurtes.....	234	255	309	304	352	316

Fonte: SREA.

A produção de carne nas suas diversas origens de natureza animal (bovinos, suínos e aves) registou variações significativas em relação ao ano anterior.

Além de se terem verificado acréscimos em termos gerais, a evolução no abate de gado bovino com possível valorização potencial tem vindo a alargar-se, em contrapartida à forma de exportação de gado vivo.

Produção de Carne

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Gado bovino abatido.....	7 998	7 247	8 147	8 124	8 262	10 448
Gado bovino exportado vivo	14 078	11 983	12 222	11 740	9 631	8 436
Sub - total.....	22 076	19 230	20 368	19 864	17 893	18 884
Gado suíno abatido.....	5 798	5 364	5 688	4 611	5 146	5 706
Aves (abate).....	3 318	3 565	3 720	3 964	4 195	4 230
Total	31 192	28 159	29 776	28 439	27 234	28 820

Fonte: SREA.

Os dados do último Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas, para o ano de 2005, apontam no sentido de um redimensionamento das unidades empresariais agrícolas, na medida em que revelam acréscimos de área média (ha / nº de explorações), de mecanização (densidade de tractores por área ou por exploração) e, por outro lado, redução dos recursos humanos envolvidos (produtores e população agrícola familiar).

Estruturas e Recursos Gerais

Classes	Açores	Portugal	Açores/Portugal (%)	Variações 1999-2005 (%)	
				Açores	Portugal
Explorações (nº).....	15 285	323 920	4,7	-21	-22
SAU (ha)	122 783	3 679 587	3,3	1	-5
Tractores (nº)	3 005	176 394	1,7	13	10
Produtores agrícolas singulares (nº)	15 107	317 075	4,8	-20	-23
População agrícola familiar (nº)	49 514	869 311	5,7	-28	-30

Fonte: INE, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas, 2005.

Considerando o conceito de orientação técnico-económica a partir da relação entre as diferentes margens brutas de exploração das actividades desenvolvidas por uma mesma unidade empresarial, 10 669 explorações agrícolas foram classificadas como especializadas, já que dois terços da margem bruta global derivaram apenas de uma actividade, e 4 307 foram classificadas como indiferenciadas/combinadas.

Observando as mesmas explorações, mas agora segundo o tipo de cultivo, as orientadas para bovinos revelam um predomínio no contexto regional e uma representatividade significativa no sector a nível nacional.

Exploraoes

Unidade: n

Classes	Açores	Portugal	Açores/Portugal (%)
Exploraoes	14 976	323 154	4,6
Segundo o grau de especializao			
Especializadas	10 669	156 697	6,8
Indiferenciadas/combinadas	4 307	166 457	2,6
Segundo o tipo de cultivo			
Viticultura.....	405	40 174	1,0
Fruticultura.....	2 114	26 692	7,9
Bovinos leite	2 852	10 065	28,3
Bovinos para gado/carne.....	3 298	10 348	31,9
Policultura.....	1 689	60 682	2,8
Diversos.....	4 618	175 193	2,6

Fonte: INE, Inqrito  Estrutura das Exploraoes Agrícolas, 2005.

A populaoo agrícola familiar era formada por 49 514 pessoas, caracterizando-se no contexto português pela sua relativa juventude e nível de instruo. Efectivamente,  nos elementos de grupos etários com menos de 45 anos e nos de habilitaoes a partir do 1 ciclo que se encontram representatividades superiores  média geral de 5,7% para a populaoo agrícola familiar.

Populaoo

Unidade: n

Classes	Açores	Portugal	Açores/Portugal (%)
Populaoo residente.....	241 763	10 356 117	2,3
Populaoo agrícola familiar.....	49 514	869 311	5,7
Segundo as classes etárias			
< 35	19 539	231 632	8,4
35 a >45 anos.....	6 556	85 706	7,6
45 a <65.....	15 104	279 335	5,4
>=65	8 314	272 637	3,0
Segundo nível de instruo			
Não sabe	5 145	124 605	4,1
Sabe	4 394	121 280	3,6
1 ciclo.....	19 383	336 209	5,8
2	8 837	106 010	8,3
Outros níveis	11 755	181 208	6,5
Populaoo residente.....	241 763	10 356 117	2,3

Fonte: INE, Inqrito  Estrutura das Exploraoes Agrícolas, 2005.

No contexto português, as explorações, ao mesmo tempo que apresentam uma dimensão relativamente reduzida, têm uma intensidade de utilização de volume de trabalho baixa, permitindo uma eficiência equilibrada na utilização destes recursos básicos às actividades agrícolas. Assim, não surpreenderá a produtividade alcançada nos Açores, onde a orientação técnico-económica pelos bovinos gerará significativas margens brutas de exploração, que contribuem para a elevação dos índices médios.

Indicadores Laborais

Classes	Açores	Portugal	Açores/Portugal (%)
Dimensão (Ha/Expl.).....	8,0	11,4	70,2
Volume de trabalho (UTA/Expl.).....	0,8	1,2	66,7
Eficiência (UTA/100 ha).....	10,1	10,9	92,7
Produtividade (UDE/UTA).....	17,1	5,6	305,4

Fonte: INE, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas, 2005.

7. PESCAS

No ano de 2008, o volume de 11,5 milhares de toneladas de pescado descarregado nos portos de pesca gerou receitas no valor de 35,4 milhões de euros, o que implicou um preço médio de 3,07 euros por quilograma.

A evolução total anual foi condicionada de forma intensa pela componente dos tunídeos que revela sensibilidades a factores de actividade e de flutuação próprios.

O restante pescado voltou a registar uma evolução que além de ser mais regular e previsível pelas suas características, funcionou como moderadora para a evolução global devido à amplitude de base que representa e à sustentabilidade a partir da sua elevada valorização. Efectivamente, apesar de representar pouco mais de metade do volume pescado, atingiu cerca de 85% do valor total.

Pescado Descarregado nos Portos de Pesca

	Anos						Δ%					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	04/03	05/04	06/05	07/06	08/07	
Volume (Tons)												
Total	10 013	11 042	9 254	11 860	15 883	11 528	10,3	-16,2	28,2	33,9	-27,4	
Tunídeos	3 505	5 228	3 113	5 817	9 392	5 109	49,2	-40,5	86,9	61,5	-45,6	
Restante Pescado .	6 508	5 814	6 141	6 043	6 491	6 499	-10,7	5,6	-1,6	7,4	-1,1	
Valor (Mil Euros)												
Total	26 119	27 452	28 745	31 876	38 224	35 443	5,1	4,7	10,9	19,9	-7,3	
Tunídeos	2 390	3 537	2 336	3 463	6 254	5 798	48,0	-34,0	48,3	80,6	-7,3	
Restante Pescado .	23 729	23 915	26 409	28 413	31 970	29 645	0,8	10,4	7,6	12,5	-7,3	
Preço (Euro/Kg)												
Total	2,61	2,49	3,11	2,69	2,41	3,07	-4,7	24,9	-13,5	-10,5	27,7	
Tunídeos	0,68	0,68	0,74	0,60	0,67	1,13	-0,8	9,8	-19,9	11,9	70,4	
Restante Pescado	3,65	4,11	4,30	4,70	4,93	4,62	12,8	4,5	9,3	4,8	-6,2	

Fonte: SREA.

No conjunto abrangido pela designação de "restante pescado" encontra-se uma grande variedade de espécies que remete para a própria biodiversidade da natureza.

Todavia, entre as principais espécies descarregadas e com valor comercial, a do goraz e a do cherne continuaram em 2008 a gerar as maiores receitas.

Algumas espécies apresentaram grande volume de capturas, e mesmo um nível global de receita significativo, mas sem atingirem valor comercial elevado, como o caso do chicharro cujo preço por quilograma foi de apenas 1,4 euros.

Certas espécies registaram volumes menores, mas evidenciaram-se pela valorização comercial atingida, situando-se o preço de venda por quilograma significativamente acima da média, como é o caso do imperador e do pargo que atingiram, respectivamente, 11,4 e 9,4 euros por quilograma.

Na rubrica “outras” foram incluídas espécies que pela mínima representatividade de volume ou de valor globais não se destacavam entre as diversas espécies. Todavia, mesmo assim, o seu preço por quilograma no mercado de 5,6 euros foi superior ao da média total de 4,6.

Principais Espécies Descarregadas, 2008

	Toneladas	Mil Euros	Euro/Kg
Abrótea.....	240	814	3,4
Boca Negra	281	904	3,2
Cherne	513	5 194	10,1
Chicharro.....	1 119	1 576	1,4
Goraz.....	432	5 477	12,7
Imperador.....	63	724	11,4
Lula	664	3 739	5,6
Mero	40	279	7,0
Pargo	79	745	9,4
Peixão.....	657	4 072	5,2
Outras.....	1 899	3 739	5,6
Total (exclui tunídeos)	6 416	29 644	4,6

Fonte: SREA.

Sendo assim, há uma dimensão de valor que se evidencia no contexto do respectivo mercado sectorial da economia portuguesa, conforme se pode observar no quadro seguinte com dados sobre grandes categorias de espécies descarregadas.

Por exemplo, no caso da comercializao da grande categoria de peixes marinhos, o valor das vendas dos Açores no mercado nacional atingiu 15,4% do respectivo total de receitas, enquanto o volume representou apenas 7,3%.

Principais categorias de espécies descarregadas, 2008

	Açores		Portugal		Açores/Portugal (%)	
	Tons	Mil euros	Tons	Mil euros	Tons	Euros
Peixes marinhos.....	10 835	31344	148 308	203 056	7,3	15,4
Crustáceos.....	15	244	1 320	17 090	1,1	1,4
Moluscos.....	679	3 854	20 341	74 215	3,2	5,2
gua doce e outros.....	0	0	81	769	0,0	0,0
Total.....	11 528	35 443	170 050	295 129	6,8	12,0

Fonte: INE.

A frota de pesca registou um total de 765 embarcaoes no ano de 2008. Das embarcaoes registadas, 669 obtiveram licenças de pesca, sendo 600 atribuidas a embarcaoes com menos de 12 metros de comprimento e as restantes 69 às embarcaoes com 12 ou mais metros de comprimento.

Comparando as embarcaoes destes dois escalões com as respectivas capacidades, verifica-se que as embarcaoes incluídas no escalão com menos de 12 metros de comprimento representaram o maior número de unidades, mas sem atingirem a maior capacidade.

Embarcaoes, 2008

	N	GT(a)	Potência (kw)
Registada.....	765	9 928	48 977
Licenciada.....	669	6 127	38 690
menor que 12 m.....	600	1 695	23 175
maior ou igual a 12 m ..	69	4 432	5 515

Fonte: INE.

A distribuo de licenças autorizando a prática da actividade da pesca, durante o ano de 2008, volta a revelar o predomínio da utilizao da arte

de pesca de anzol. Assim, torna-se evidente a característica selectiva na captura de recursos piscícolas marinhos.

Licenças por Arte de Pesca, 2008

	Açores	Portugal	Açores/Portugal (%)
Anzol.....	1 490	8 676	17,2
Armadilhas.....	447	3 172	14,1
Arrasto	0	956	0,0
Cerco.....	80	307	26,1
Redes.....	711	7 490	9,6
Outras artes	0	425	0,0
Total.....	2 728	20 967	13,0

Fonte: INE.

Mais de dois terços dos 2 542 pescadores matriculados desenvolveram actividade na pesca local.

Além desta representatividade existente no sector a nível interno regional, os mesmos activos mantiveram a proporção de 26,8% no sector a nível do país.

Pescadores, 2008

	Açores	Portugal	Açores/Portugal (%)
Local.....	1 814	7 029	26,8
Costeiro.....	728	7 098	9,8
Largo	0	491	0,0
Total.....	2542	14 618	17,4

Fonte: INE.

Em termos de sinistralidade e incapacidade de operação marítima foram registados os totais de 61 feridos e de 1 082 dias de incapacidade. Estes números voltaram a revelar níveis de gravidade relativamente moderados, se considerarmos a importância dos meios envolvidos no contexto das pescas em Portugal.

Efectivamente, estes indicadores no quadro abaixo apontam para uma proporção de cerca de cerca de 5% de acidentes de trabalho e limita-

ções de operacionalidade que comparam a cerca de 17% de recursos humanos, conforme se observa no quadro anterior sobre o número de pescadores.

Sinistralidade e Dias de Incapacidade, 2008

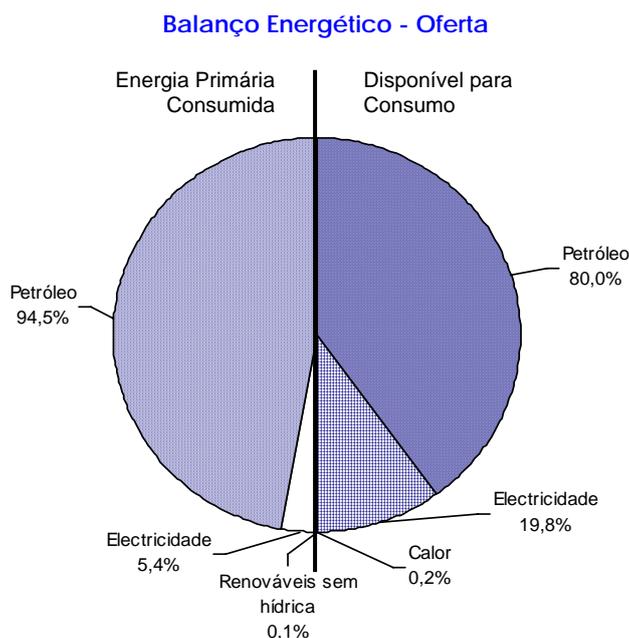
	Açores	Portugal	Açores/Portugal (%)
Mortos.....	0	3	0,0
Feridos	61	1 199	5,1
Dias de incapacidade	1 082	22 615	4,8

Fonte: INE.

8. ENERGIA

Na Região Autnoma dos Açores a actual oferta de energia primária baseia-se em diversas combustiveis fósseis (petróleo e derivados), sendo complementada por fontes renováveis (hídrica, geotérmica, eólica, ...) utilizadas directamente na produo de electricidade, numa proporo de cerca de 5% do total daquela energia primária.

Com a incorporao de novas formas de energia, particularmente através do sistema electroprodutor, a oferta disponível para consumo final continua a basear-se em combustiveis fósseis, mas o fornecimento através de electricidade assume a proporo de 1/5 do total.



Pelo outro lado, o da procura final por parte de consumidores individuais, de empresas e de entidades com características públicas, observam-se utilizaoes das diferentes formas de energia em proporoes variáveis.

O sector de transportes revela-se como o maior utilizador final da energia disponível, consumindo cerca de 41% do total e sendo toda, isto , 100%, na forma de energia primária de combustiveis fósseis – petróleo e derivados.

O sector de serviços consome cerca de 24% da energia disponível, recorrendo já à forma de electricidade numa proporção de 39%.

O sector doméstico ocupa a terceira posição em termos de consumo final com cerca de 13% do total disponível, sendo que recorre proporcionalmente mais à electricidade, atingindo esta forma cerca de 54% da energia consumida nos lares.

Nos restantes sectores, a saber, das indústrias, da construção e obras públicas e de actividades do sector económico primário, o consumo de energia através de combustíveis fósseis é predominante, sendo mesmo absoluto nas pescas.

Balanço Energético – Procura

Consumo Final de Energia

Unidade:%

Quota de Procura	Sector	Distribuição por fontes			
		Petróleo	Electricidade	Outras	Total Geral
40,6	Transportes	100,0	0,0	0,0	100,0
24,0	Serviços	60,7	39,3	0,0	100,0
12,6	Doméstico	46,2	53,8	0,0	100,0
10,6	Indústrias	69,1	29,2	1,7	100,0
5,7	Construção e O.P.	96,5	3,5	0,0	100,0
4,5	Agricultura	92,4	7,3	0,3	100,0
2,0	Pescas	100,0	0,0	0,0	100,0
100,0	Total	80,0	19,8	0,2	100,0

Fonte: Direcção Geral de Energia e Geologia.

Electricidade

O consumo final de energia distribuída pelo sistema electroprodutor da EDA atingiu 753,7 GWh no ano de 2008, representando um crescimento de 3,5% em relação ao ano anterior. Esta intensidade de crescimento no consumo foi superior à da produção, o que representa uma maior racionalização na utilização de recursos, tornada possível com uma redução de perdas.

Electricidade - Balanço

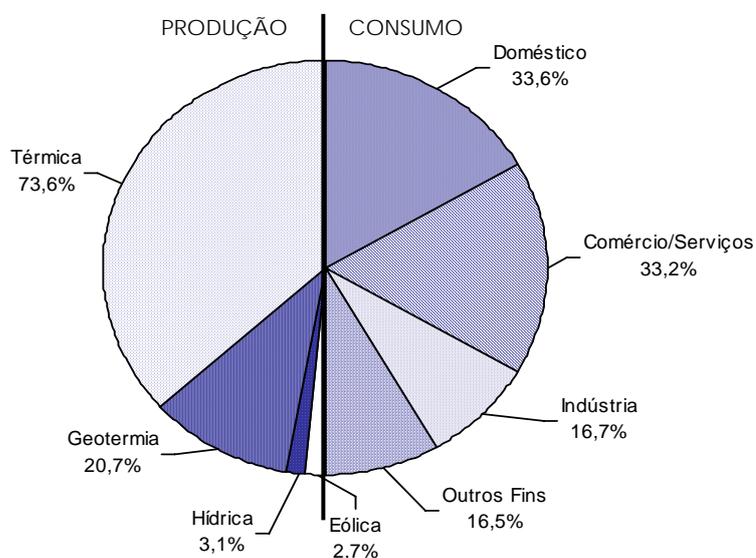
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Produção..	559,2	600,9	641,2	702,7	750,1	780,7	804,9	823,7
Perdas	74,0	75,1	81,1	80,7	82,6	77,5	76,6	70,0
Consumo ..	485,2	525,8	560,1	622,0	667,5	703,2	728,3	753,7

Fonte: EDA.

No consumo de electricidade, os sectores doméstico e de comércio/serviços ocupam, cada um, cerca de 1/3 do total. O terço restante é repartido em partes sensivelmente equivalentes entre indústrias e outros fins, destacando-se nestes os que assumem características públicas. Em termos de evolução anual durante 2008, observou-se uma maior moderação no crescimento dos consumos domésticos e das indústrias.

Na produção de electricidade verifica-se um predomínio tradicional da térmica, que representou cerca de 74% em 2008. As outras formas de produção têm vindo a desenvolver-se, destacando-se a geotérmica que já se situa numa quota de cerca de 20%. Todavia, no caso particular da evolução durante o ano de 2008, o crescimento global da produção foi gerado nas centrais térmicas, apenas recebendo entre as formas de energia renovável um contributo significativo da eólica.

Estrutura da Produção e Consumo de Electricidade - 2008



Na distribuição por ilhas, aspectos de dimensão são evidenciados pelos valores relativos ao número de instalações de consumidores e de produção total.

Já aspectos relativos a estruturas territoriais (actividades económicas versus recursos naturais) e de escala (de baixa a alta tensão) reflectem-se nos rácios relativos à percentagem de produção renovável e ao consumo médio.

Distribuição por Ilhas - 2008

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	RAA
Consumidores (nº de instalações)	3 480	58 728	26 122	3 065	5 563	8 714	7 512	2 312	256	115 747
Produção total (Ghw)	20,5	441,0	200,8	13,9	27,8	44,6	53,2	11,6	1,3	823,7
Produção renovável (%) ...	9,8	43,0	4,2	10,3	7,0	10,8	5,8	48,2	0,0	26,5
Consumo médio (MWh / nº instalações)	5,3	6,9	7,4	4,1	4,4	4,5	6,2	4,7	4,6	6,5

Fonte: EDA.

9. COMÉRCIO COM O ESTRANGEIRO

As trocas de bens com mercados de países estrangeiros estruturam-se numa lógica de complementaridade em relação aos principais circuitos comerciais organizados no âmbito da economia portuguesa, assumindo, todavia, certas características resultantes de especializações produtivas regionais e de vínculos sociais e institucionais.

Os dados empíricos dos anos mais recentes apontam para uma dimensão do volume de negócios na ordem de algumas dezenas de milhar de euros. Por vezes observam-se variações acentuadas por efeito de negócios mais significativos ou mesmo por flutuações comerciais ocasionais a ocorrerem sobre uma base nitidamente reduzida.

Abstraindo os efeitos mais erráticos, ou ao contrário, atendendo-se aos valores mais frequentes, é possível admitir um padrão de vendas ao estrangeiro que cobre o valor das aquisições numa ordem de grandeza de 50%.

Comércio com o Estrangeiro, intra e extra comunitário

1 000 Euros

	Intra-Comunitário			Extra Comunitário		
	2005	2006	2007	2005	2006	2007
Entradas.....	25 260	74 674	34 062	29 711	48 238	44 583
Saídas.....	20 117	11 815	19 643	14 121	12 073	21 305
Taxa de Cobertura	79,6	15,8	57,7	47,5	25,0	47,8

Fonte: INE/SREA.

O comércio segundo as grandes categorias mostra os produtos alimentares e bebidas como a componente mais expressiva, particularmente pela representatividade atingida nas vendas ao estrangeiro.

Por sua vez, fornecimentos industriais e equipamentos ocupam nas compras ao estrangeiro um espaço associável a investimentos no mercado açoriano.

A componente de combustíveis surge como o exemplo de bens visivelmente sujeitos e indutores de variações significativas nas operações de comércio com o estrangeiro.

Comércio com o Estrangeiro, grandes categorias

1 000 Euros

	Entradas		Saídas	
	2006	2007	2006	2007
Produtos Alimentares e Bebidas	30 953	26 598	16 186	25 970
Fornecimentos Industriais - Não Especificados Noutras Categorias	39 351	29 131	244	130
Combustíveis.....	20 810	6	4 247	11 084
Máquinas, Outros Bens de Capital (Excepto Material de Transporte)	21 103	9 669	744	952
Material de Transporte	4 913	11 362	1 134	640
Bens de Consumo Não Especificados Noutras Categorias	6 711	1 879	1 188	777
Outros Produtos	0	0	146	1 395

Fonte: INE/SREA.

Observando os dados sobre as trocas comerciais segundo as zonas econmicas e países verifica-se, por um lado, as entradas/importações a deixarem transparecer mercados de tecnologias e bens de especialidade e, por outro lado, as saídas /exportações a confirmarem mercados para produtos tradicionais e nichos de mercados específicos. Para além de mercados da saude para países de emigração histórica, os dados de anos mais recentes parecem vir confirmando os mercados dos PALOP's com regularidade e afirmação crescentes.

Comércio Internacional por Zonas e Países

1 000 Euros

	Entradas/Importações		Saídas/Exportações	
	2006	2007	2006	2007
Uno Europeia	74 674	34 062	11 815	19 643
Estados Unidos da América.....	10 962	5 184	3 104	3 070
Canadá	1 626	369	2 853	1 783
Brasil.....	581	6 774	-	35
PALOP(s)	-	x	1 267	2 671
Outros.....	35 069	32 256	4 849	13 746

Fonte: INE/SREA.

10. TURISMO

Os diversos tipos de alojamento turístico inquiridos mensalmente pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores ofereceram, durante o ano de 2008, uma capacidade média de 9 676 camas, o que representa um acréscimo de cerca de 180 em relação ao ano anterior.

Por outro lado, as dormidas somaram um total de 1 227 477 noites de estadia, o que representa um decréscimo, moderado é certo, mas introduzindo uma quebra na evolução tendencial que se vinha registando.

Conjugando a capacidade oferecida com a procura para pernoitar nos respectivos alojamentos hoteleiros, obtem-se em 2008 um nível de ocupação médio inferior ao do ano passado e abrangendo os diversos tipos de alojamento na generalidade.

Todavia, atendendo à representatividade atingida no âmbito do sector, a componente de hotelaria tradicional condiciona de forma significativa a evolução global. Efectivamente, comparando as respectivas taxas de ocupação, verifica-se que as da hotelaria tradicional aproximam-se mais das da média geral, quer em termos do seu valor absoluto, quer em termos da intensidade de flutuação anual.

Oferta e Procura Turísticas na Hotelaria

Capacidade*					Dormidas				
Ano	Hotelaria Tradicional	Turismo em espaço rural	Outros	Total	Ano	Hotelaria Tradicional	Turismo em espaço rural	Outros	Total
2003	5 967	276	462	6 705	2003	804 028	16 710	23 130	843 868
2004	7 062	273	444	7 779	2004	965 049	17 553	24 424	1 007 026
2005	8 075	313	395	8 783	2005	1 136 452	19 381	17 843	1 173 676
2006	8 211	350	555	9 116	2006	1 179 371	19 755	24 543	1 223 669
2007	8 153	609	735	9 497	2007	1 184 375	19 679	87 018	1 291 072
2008	8 339	721	615	9 676	2008	1 127 513	18 541	81 423	1 227 477

* Média anual da oferta mensal de camas.

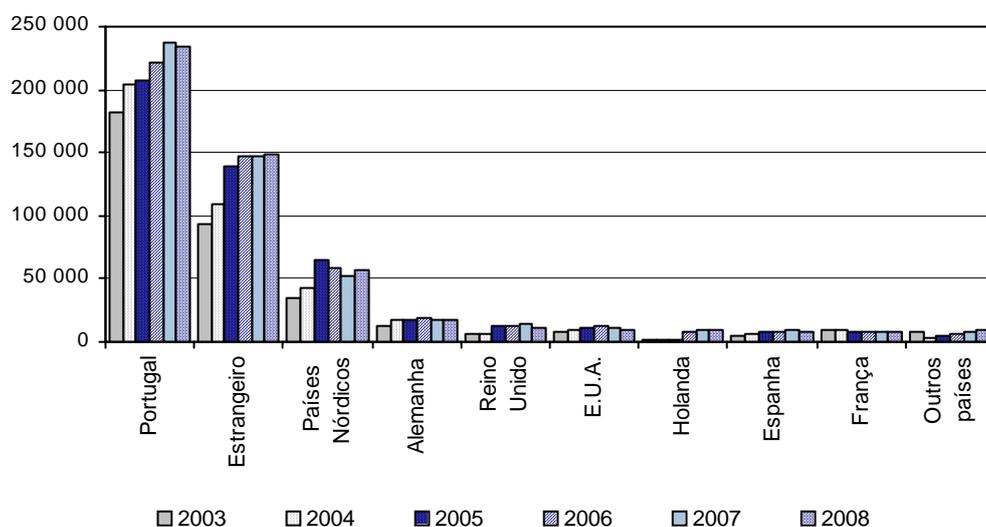
Fonte: SREA, Estatísticas do Turismo.

A redução do número total de dormidas registadas nos estabelecimentos hoteleiros durante o ano de 2008 ocorreu, em simultâneo, com uma redução do número dos respectivos hóspedes.

A redução do número de hóspedes foi mais significativa entre os residentes em Portugal, tendo interrompido a sucessão de acréscimos observados nos últimos anos e traduzindo-se numa taxa de -1,3%.

Entre os hóspedes residentes no estrangeiro a evolução caracterizou-se por uma certa moderação, havendo mesmo alguns mercados com variações positivas e expressivas em 2008. De facto, registaram-se evoluções positivas a partir de mercados turísticos como o dos países nórdicos (+7,9%) e o da Alemanha (+2,6%), que contrabalançaram decréscimos a partir de mercados como os de Reino Unido (-19,3%), Espanha (-11,1%) e Estados Unidos da América (-8,9%).

Procura – Principais Mercados Residência dos Hóspedes

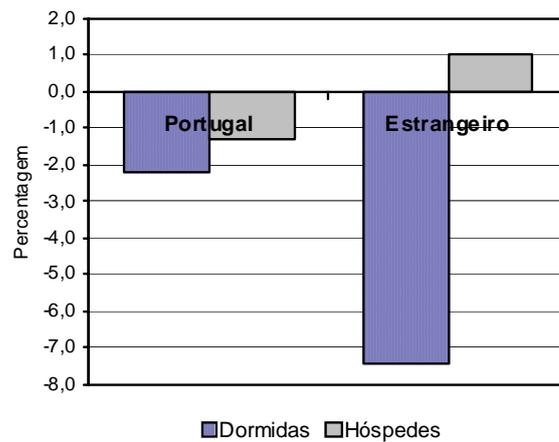


Os mercados dos hóspedes residentes no estrangeiro são geradores de um impacto acrescido quando comparados ao dos residentes em Portugal, em termos de proporcionar estadias médias relativamente elevadas, correspondendo a uma média de mais de 4 noites por hóspede, enquanto o nacional não atinge as 3 noites por hóspede.

Todavia, em 2008 verificou-se uma reduo na estadia dos hóspedes residentes no estrangeiro mais acentuada, de forma que se repercutiu numa reduo no total de dormidas, apesar da evoluo do número de hóspedes se ter mantido no campo positivo.

Evoluo da Procura, 2008

Taxas mdias de variao anual, segundo a residência dos hóspedes



A reduo da procura foi relativamente mais intensa e concentrada nos meses da época baixa e da segunda metade do ano, implicando uma sazonalidade mais acentuada. O respectivo ndice de dispersão relativa foi de 0,46, enquanto o do ano anterior fora de 0,44.

As receitas totais apuradas nas diversas unidades hoteleiras na Região Autnoma dos Açores totalizaram 56,3 milhres de euros, cabendo 54,6 milhres às unidades de Hotelaria Tradicional. Estes dados confirmam o predomínio destas unidades de hotelaria.

Os dados de explorao revelaram uma utilizao de recursos humanos relativamente intensa em termos do volume de despesas com pessoal e proporcionaram margens significativas das receitas totais em relao às respectivas receitas directas de aposento.

Exploração da Hotelaria em 2008

Receitas e Despesas

Unidade: 1000 euros

	Hotelaria Tradicional	Turismo em Espaço Rural	Casas de Hóspedes	Total
Receitas totais	54 634	904	728	56 266
Receitas de aposentos	38 271	742	626	39 639
Despesas com pessoal	19 817	247	142	20 206

Fonte: SREA, Estatísticas do Turismo

Observando alguns indicadores sobre a actividade hoteleira, e situando-os no âmbito do país, verifica-se que:

- o sector regista um nível significativo, no sentido de que a sua representatividade atingiu um patamar superior ao da média regional;
- a oferta total resulta de uma agregação de unidades que se caracterizam mais pela sua diversidade do que pela uniformidade e dimensão;
- a procura beneficia de uma permanência por hóspede relativamente alargada, mas ainda dispõe de uma certa margem de progressão face à capacidade de alojamento disponível e
- os proveitos de exploração associam-se mais directamente aos usos de aposento nos estabelecimentos hoteleiros, do que a usos de actividades de lazer e complementares.

Hotelaria Tradicional dos Açores no conjunto do país em 2008

	Unidade	Açores	País	Açores /País (%)
Estabelecimentos	Nº	83	2 041	4,1
Capacidade de Alojamento	Nº	8 662	273 975	3,2
Pessoal ao serviço	Nº	1 892	47 664	4,0
Hóspedes	1000	354	13 456	2,6
Dormidas	1000	1 128	39 227	2,9
Proveitos totais	1.000 €	54 634	1 964 602	2,8
Proveitos de aposento	1.000 €	38 271	1 323 973	2,9

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo

11. TRANSPORTES

Os dados sobre os transportes colectivos terrestres, durante o ano de 2008, revelaram um reforço dos movimentos de passageiros entre os diversos aglomerados populacionais e uma reduo dos mais circunscritos ao interior dos centros urbanos.

Efectivamente, os dados sobre o tráfego das carreiras inter-urbanas registaram a afluncia de um número de passageiros maior e a distncias mais longas (número de passageiros/Km) maior, correspondendo a taxas médias anuais de crescimento de 0,1% e de 1,8%, respectivamente.

Os dados sobre o tráfego urbano, ao contrário, registaram variaoes anuais negativas.

Tráfego de Passageiros nos Transportes Colectivos Terrestres

Carreiras	2005	2006	2007	2008
<i>Inter-Urbana</i> Passageiros	7 728 438	7 622 676	7 779 191	7 784 658
Passageiros/km .	93 725 382	95 224 608	94 056 342	98 450 692
<i>Urbana</i> Passageiros	1 195 612	1 149 434	1 178 293	1 169 407
Passageiros/km .	7 612 113	7 451 334	7 779 755	7 260 846

Fonte: SREA.

Durante o ano de 2008, o número de passageiros embarcados e desembarcados nos portos comerciais somou o total de 985 milhares de movimentos, o que reflecte um crescimento de 3,2% em relaoo ao ano anterior.

O segmento de passageiros movimentados nos portos do canal Horta - Madalena participou em mais de 70% do tráfego total.

Movimento de Passageiros nos Portos Comerciais

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total.....	916 588	934 968	921 862	871 050	954 948	985 632
Canal Horta - Madalena	718 798	706 226	680 084	660 764	691 238	712 758

Fonte: SREA.

Nos aeroportos o tráfego de passageiros de cerca de 1,8 milhões de movimentos de embarques e desembarques representa um ligeiro decréscimo em relação ao ano anterior, cerca de -1,0%.

O sentido desta evolução resulta de decréscimos nos tráfegos com o exterior, particularmente do tráfego internacional (-4,9%), onde motivações turísticas e condicionamentos de rendimento disponível ou de instabilidade financeira terão um papel mais relevante do que factores de origem mais social.

O tráfego interno registou uma variação anual positiva (0,5%), mas moderada e insuficiente para assegurar um acréscimo global. Aliás, este tráfego interno também reflectirá a redução dos tráfegos com o exterior, na medida em que inclui elementos de redistribuição inter-ilhas de passageiros.

Movimento de Passageiros nos Aeroportos, segundo o tipo de tráfego

	Interno	Territorial	Internacional	Total
2003	751 555	626 404	163 574	1 541 533
2004	804 604	654 588	184 532	1 643 724
2005	786 258	668 890	223 453	1 678 601
2006	827 567	695 955	228 378	1 751 900
2007	851 401	718 860	228 117	1 798 378
2008	856 017	708 221	216 954	1 781 192

Fonte: SREA.

Em 2008, as cargas movimentadas nos portos comerciais mantiveram-se na ordem de grandeza dos 3 milhões de toneladas, interrompendo uma tendência de crescimento significativa que vinha sendo observada nos anos anteriores.

Por sua vez, o volume de cargas movimentadas nos aeroportos somou um total de 11,7 mil toneladas, revelando uma pequena variação anual e situando-se num nível de tráfego com dimensão e natureza diferentes.

Cargas Movimentadas

	1000 Ton.					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Aeroportos.....	13,3	12,7	13,2	11,9	11,3	11,7
Portos.....	2 726,9	2 797,1	2 825,6	2 857,5	3 050,1	3 005,4
Total.....	2 740,2	2 809,8	2 838,8	2 869,4	3 061,4	3 017,1

Fonte: SREA.

Durante o ano de 2008 venderam-se 4 641 veículos automóveis novos, sendo 3 669 ligeiros e 972 comerciais.

O segmento de automóveis ligeiros condicionou o sentido da evolução do volume total das vendas. De facto foi o crescimento das vendas de automóveis ligeiros que determinou o sentido positivo da variação global, já que o número de automóveis comerciais vendidos foi inferior ao do ano anterior.

Automóveis novos vendidos, por Tipo e por Ano

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total.....	4 247	4 354	4 784	4 767	4 392	4 641
Automóveis Ligeiros.....	3 151	3 353	3 806	3 655	3 249	3 669
Passageiros.....	3 135	3 345	3 799	3 648	3 238	3 660
Mistos.....	16	8	7	7	11	9
Automóveis Comercias..	1 096	1 001	978	1 112	1 143	972

Fonte: SREA, Séries Estatísticas e Boletim Trimestral de Estatística.

Através da incorporação dos automóveis vendidos no sistema de seguros, durante o ano de 2008, o respectivo parque atingiu o total de 114 085 veículos, conforme dados apurados a 31 de Dezembro pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Observando a distribuição do mesmo parque automóvel segundo escalões de idade dos veículos, verifica-se nos Açores um predomínio do escalão médio de 5 a 10 anos, ao passo que para o país no seu conjunto é no escalão de mais de 10 anos que se regista uma frequência mais elevada.

Parque Automóvel Seguro, por classes de idade em 2008

	Número de veículos	Distribuição por idade (%)			Total
		Menos de 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	
Açores.....	114 085	26,0	43,5	30,5	100
País	6 638 300	20,8	37,0	42,2	100

Fonte: Instituto de Seguros de Portugal.

12. EDUCAÇÃO

O número de 51 671 matrículas de alunos nas escolas da Região Autónoma dos Açores corresponde às tendências de evolução que se vêm observando em anos anteriores, nomeadamente:

- decréscimo do número total e
- orientação preferencial por novos cursos.

Efectivamente, registou-se um menor número de matrículas, incidindo particularmente nos anos iniciais da escolaridade obrigatória e, conseqüentemente, decorrendo da existência de um volume de população mais reduzido na respectiva idade escolar, por via de natalidade com índices menores.

Paralelamente, e já no âmbito do universo dos alunos matriculados, registaram-se mais uma vez preferências por novas oportunidades em programas e vias alternativas, quer no sentido de formação mais profissionalizante, quer no de propostas pedagógicas para responder a necessidades sentidas no ensino básico e obrigatório.

Matrículas nas Escolas da Região, por Ano de Escolaridade Ensino Oficial e Particular

Anos Lectivos	Currículo Regular					Progra- ma Cida- dania	Ensino Recor- rente	Progra- ma Opor- tunidade	PROFIJ	UNECA PERE	Ensino Profis- sional	Total Geral
	JI	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Sec.							
1996/97	7 044	19 191	9 635	11 404	9 114		2 655				383	59 426
1997/98	6 977	18 659	9 523	11 320	9 028		2 728				458	58 693
1998/99	6 803	18 157	9 033	11 274	8 602		2 288		356		627	57 140
1999/00	6 793	17 638	8 730	11 017	8 473		1 633		373		747	55 404
2000/01	7 341	17 254	8 322	11 390	7 613		1 709		318		1 118	55 065
2001/02	7 318	16 448	8 340	10 587	7 342	112	2 292	776	339		1 411	54 965
2002/03	7 634	16 292	7 993	10 337	6 936	111	1 675	815	330		1 971	54 094
2003/04	7 710	16 125	8 007	9 517	6 831	52	1 026	1 151	917		2 358	53 244
2004/05	8 121	15 926	7 809	9 359	6 504	60	941	1 117	1 220		2 391	53 448
2005/06	7 894	15 389	7 471	9 160	6 266	37	814	1 126	1 403		2 884	52 444
2006/07	7 779	14 675	7 121	9 133	5 783	75	874	538	1 290	2 083	2 554	51 905
2007/08	7 822	13 813	7 070	9 191	5 976	42	1 037	365	1 432	2 205	2 711	51 671

Nota: Não foram incluídas as matrículas em creches.

Em 2006/2007, foram corrigidos números do 1º Ciclo e do Secundário.

Fonte: Direcção Regional da Educação - Estatísticas da Educação.

A frequência escolar é, compreensivelmente, absoluta nos grupos etários abrangidos pela escolaridade obrigatória, registando-se taxas de escolarização de 100%.

Fora destes grupos etários a taxa de escolarização apresenta valores decrescentes à medida que se afasta em qualquer dos sentidos, quer de grupos etários com mais idade que vão saindo do sistema de ensino, quer de grupos etários com idades progressivamente menores.

Em termos de evolução temporal a taxa de escolarização revela uma tendência geralmente positiva.

Taxas de Escolarização por Idades e Anos Lectivos

Ensino Oficial e Particular

IDADES	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08
3 anos.....	44,2	46,6	50,8	49,7	57,8	58,5
4 anos.....	78,2	74,2	85,9	82,2	85,4	82,0
5 anos.....	100,0	100,0	99,6	100,0	98,4	100,0
6 anos.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
7 anos.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
8 anos.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
9 anos.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 anos.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
11 anos.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
12 anos.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
13 anos.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
14 anos.....	100,0	98,3	100,0	100,0	100,0	100,0
15 anos.....	86,7	86,0	87,2	92,0	94,1	97,8
16 anos.....	72,1	73,7	77,6	81,0	77,0	83,5
17 anos.....	62,3	60,2	65,6	69,6	63,4	68,3
18 anos.....	42,4	40,2	39,3	44,6	34,5	40,7
19 anos.....	25,9	26,4	25,0	27,1	23,2	24,8

Fonte: Direcção Regional da Educação - Estatísticas da Educação.

Os números de alunos que transitam de ano ou que concluem definitivamente um ciclo é proporcionalmente superior nos anos que fazem parte da escolaridade obrigatória.

O sucesso ou aproveitamento nos anos de frequência voluntária tem vindo a registar progressos que se traduzem em taxas com tendências positivas.

Estas tendências vêm permitindo aproximaes aos níveis observados na escolaridade obrigatória. Todavia, a taxa de 66,9% no último ano lectivo ainda se encontra significativamente distante das taxas registadas na escolaridade obrigatória.

Aproveitamento Escolar, por Ano de Escolaridade (a)
Taxas de Transio ou de Conclusão
 Ensino Oficial e Particular – Currículo Regular

Ano de Escolaridade	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07	07/08
4º	85,3	82,8	85,3	87,0	94,9	92,7	86,4
6º	75,1	75,9	77,1	79,6	90,3	90,7	90,7
9º	71,4	73,2	74,9	78,0	87,0	88,4	87,2
12º	49,4	45,5	44,6	54,1	50,5	65,5	66,9

a) Consideraram-se como representativos os anos terminais de cada ciclo do ensino básico e secundário.
 Fonte: Direco Regional da Educao - Estatísticas da Educao.

Na Região Autnoma dos Açores encontram-se em funcionamento duas redes de educao e ensino: a Rede Pública (oficial) e a Rede Privada.

A rede pública  composta por 39 unidades orgânicas, sendo 16 Básicas Integradas, 8 Secundárias, 12 Básicas e Secundárias, 2 de Ensino artístico e 1 de Ensino Profissional.

A rede de escolas oficiais dispõe de um património que se materializa em 297 edifcios e 2.626 espaços escolares, indo estes desde salas de aula a ginsios e campos de futebol, passando por laboratrios e salas afectas especificamente a determinadas disciplinas.

Distribuio por ilhas
 Ensino Oficial

	SMA	SMI	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	AÇORES
Unidades orgánicas ..	1	20	6	1	3	3	3	1	1	39
Edifcios Escolares	7	157	62	10	18	25	13	4	1	297
Espaços Escolares.....	82	1 446	584	63	94	156	143	47	11	2 626
Pessoal docente	99	2 799	990	82	210	267	296	49	14	4 806

Fonte: Direco Regional de Educao.

O Ensino Particular, Cooperativo e Solidário é ministrado nos estabelecimentos de educação e ensino pertencentes às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPPS), nos Colégios e Externatos Privados e nas Escolas Profissionais.

13. DESPORTO

A actividade desportiva federada referente à época de 2007/2008 contou com a participação de 21 102 atletas inscritos nas diversas modalidades, o que representa um acréscimo de 3,3% em relação ao ano anterior.

O enquadramento das actividades desportivas foi assegurado por 938 técnicos, 1 062 árbitros/juízes e 1 533 dirigentes e outros agentes desportivos.

A evolução do número de atletas envolvidos nos jogos e provas desportivas tem sido suportada por uma correlativa constituição de equipas e grupos praticantes.

Evolução Desportiva

	2006	2007	2008
Atletas	20 021	20 419	21 102
Técnicos	806	816	938
Árbitros / Juízes.....	980	902	1 062
Dirigentes / Outros Agentes.....	1 542	1 572	1 533
Clubes / Entidades.....	342	349	358
Equipas / Grupos Praticantes.....	1 178	1 196	1 222

Na época de 2007 /2008, as actividades desportivas distribuíram-se por 41 modalidades, indo desde as mais significativas em termos de estruturas associativas, até às que apenas registam preferências e práticas mais específicas ou mesmo pontuais.

Efectivamente, se há modalidades que envolvem a participação e associação entre diversos de clubes, como as de futebol de onze, voleibol, basquetebol, ténis de mesa, ou ténis de campo, outras há que se restringem a um clube ou entidade organizadora, como as de bridge, columbofilia, esgrima, ginástica rítmica desportiva ou jetski.

Indicadores – Época de 2007/2008

MODALIDADES	Atletas	Técnicos	Árbitros/ Juizes	Dirigentes/ outros agentes	Clubes/ Entidades a)	Equipas/ Grupos Praticantes	Nº jogos provas locais	Nº Part. provas regionais	Nº Part. provas nacionais	Nº acções de formação ag. desp. não prat.	Nº acções de formação agen. desp. prat.
Andebol	970	24	43	54	11	68	333	442	108	6	2
Atletismo	1 143	53	149	31	26	54	848	362	251	1	12
Automobilismo	242				4	24		482			
Badminton	275	14		11	12	6	150			3	
Basquetebol	1 602	93	163	76	18	107	835	480	310	24	9
Bowling	158	5		11	1	13					
Bridge	32	2	3	5	1	1	104		15		
Canoagem	97	2	4	2	4	1	78	69	9	1	
Ciclismo	81	6		6	6	2	44		11	2	
Columbofilia	29				1	2		16			
Corridas em Patins	237	12	42	19	5	12	77	58	77		
Dança Desportiva	27					2	24			1	
Equitação	207	5	9		5	7	68	45	9	1	
Esgrima	21	6	2	2	1			85	32		
Futebol 11	4 765	255	114	735	61	226	2 875	820	608	16	29
Futsal	1 371	79	63	232	49	95	1 114	108	60	12	
Ginástica Aeróbica	153	2	31	2	4	11	10	145	78	3	
Ginástica Rítmica Desportiva	63	3	11	3	1	3	35	31	19		
Golfe	507	4	1	17	2	44	239	406	61		2
Hóquei em Patins	303	19	26	44	7	31	181	143	50	3	3
Jetski	119										
Judo	840	40	57	31	13	46	94	116	235	8	5
Karaté	948	46	75	21	15	31	222	229	97	13	17
Kickboxing/Full-C	518	15	22	33	10	26	161	89	49	1	2
Motociclismo	42				4			170	16		
Natação	691	24	65	9	7	40	277	435	84	2	
Parapente	16										
Patinagem	149	6	21	3	4	8	27	20	22		1
Pesca Desportiva	37				1	3					
Pesca Desportiva Alto Mar	42				3	2	14	32	33		
Surf	34										
Ténis	1 004	16	7	33	6	79	116	306	125	2	1
Ténis de Mesa	850	39	34	38	15	41	615	121	100	3	2
Tiro	63				5	4	55	52	18		
Tiro com Arco	13				1		15		25		
Tiro de Precisão	158	10	8		4	16	101	103	32		
Trampolins	8		9								
Triatlo	7			1	2		6	13	13		
Vela	426	16	11	13	13	18	29	364	42	1	1
Voleibol	2 736	142	92	101	29	198	1 253	887	348	21	12
Voleibol de Praia											
Xadrez	118				7	1	3	120	52		
TOTAL	21 102	938	1 062	1 533	358	1 222	10 003	6 749	2 989	124	98

a) 239

a) Total de clubes efectivamente existentes, já que muitos desenvolvem mais de uma modalidade.
Fonte: Direcção Regional do Desporto.

14. CULTURA

Em 2008, o número total de visitas aos museus situou-se na ordem 77 milhares de entradas.

As entradas isentas de pagamento e, também, as de estudo registaram os crescimentos mais expressivos naquele mesmo ano.

Por sua vez, as entradas pagas registaram um número na ordem de 34 milhares de visitas, situando-se praticamente ao nível do volume do ano anterior. Todavia, corresponde a mais de metade do total de entradas, o que representa uma progressão em relação à estrutura existente há uma década, quando eram as entradas isentas que representavam a componente proporcionalmente maior.

Entretanto, as visitas de estudo têm mantido um peso estrutural idêntico, sensivelmente na ordem de 15% a 17%.

Evolução Anual do N° de Entradas nos Museus

	Pagas	Estudo	Isentas	TOTAL
1996	19.673	8.969	30.227	58.869
1997	20.264	7.065	22.916	50.245
1998	19.195	8.338	21.713	49.246
2006	51.107	12.253	33.353	96.713
2007	34.175	11.056	22.244	67.475
2008	34.628	13.163	29.336	77.127

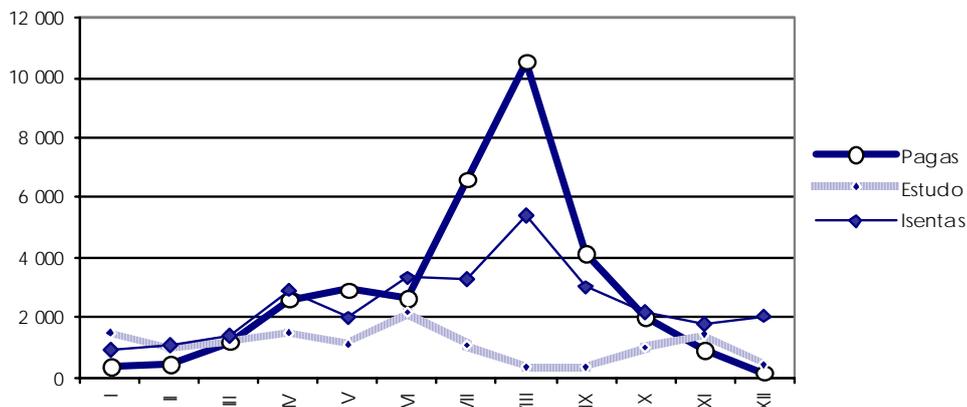
Fonte: DRC.

Ao longo do ano de 2008, a distribuição intra-anual das entradas nos museus mostra que as visitas de estudo seguem um padrão que reflecte o calendário escolar, registando-se números mínimos em meses de férias, particularmente de Agosto/Setembro e de Dezembro.

Já as outras formas de entrada, pagas e isentas, invertem a distribuição intra-anual, registando nas férias de verão o número máximo e de uma forma visivelmente mais concentrada. Particularmente as entradas pagas apenas num mês (Agosto) representaram cerca de 30% do total anual e

no conjunto de três meses, de Julho a Setembro, atingiram cerca de 60% do mesmo total anual.

Evolução intra-anual, nº de entradas em 2008



Os movimentos anuais das bibliotecas públicas e arquivos regionais de Ponta Delgada, de Angra do Heroísmo e da Horta registaram um total de cerca de 118 milhares de utilizadores, que consultaram 85 milhares de documentos.

Movimento das bibliotecas públicas e arquivos, em 2008

	Ponta Delgada	Angra do Heroísmo	Horta	Total
Utilizadores.....	72 401	32 518	13 220	118 139
Documentos.....	41 165	35 056	8 849	85 070

Fonte: Direcção Regional da Cultura.

Entre as diversas entidades culturais activas, em 2008, assinala-se a existência de 102 filarmónicas e de 9 grupos corais.

15. SAÚDE

Durante o ano de 2008 e no âmbito da medicina preventiva e da saúde pública realizaram-se 63 784 inoculações através dos centros de saúde. Parte significativa das inoculações é direccionada à vacinação de bebés e de crianças, mas também são abrangidas campanhas e cuidados mais específicos ou pontuais, cujos utilizadores se encontram entre públicos alvo de maior idade.

No mesmo ano de 2008, as consultas e as urgências realizadas no conjunto das unidades do Serviço Regional de Saúde atingiram, respectivamente, os volumes de 558 milhares e de 430 milhares. Estes volumes incorporam crescimentos significativos em relação ao ano anterior, particularmente nas consultas que atingiram crescimentos a taxas médias anuais na ordem de 10%.

Já a evolução das urgências foi mais moderada, registando-se nos hospitais uma taxa média anual de cerca de 1%.

Consultas e Urgências

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Consultas.....	464 368	473 958	481 555	507 715	508 567	558 002
Centros de Saúde* ...	292 363	286 350	291 897	313 939	302 075	332 082
Hospitais	172 005	187 608	189 658	193 775	206 492	225 920
Urgências	438 718	423 607	432 357	419 259	416 912	430 316
Centros de Saúde	279 424	270 304	277 797	262 208	262 343	274 380
Hospitais	159 294	153 303	154 560	157 051	154 569	155 936

* A partir de 2003 inclui consultas no Centro de Oncologia.

Fonte: Direcção Regional de Saúde, DREPA.

O volume de 29 milhares de doentes saídos dos serviços de saúde com internamento incorpora um crescimento de 4,9% em relação ao ano anterior. Por outro lado, o número de dias que os mesmos doentes estiveram internados decresceu 1,3%.

Assim, a estada média foi menor, situando-se em 7,3 dias por doente e integrando-se numa evolução que aparentemente aponta no sentido de uma tendência em formação nos últimos anos.

Comparando agora as mesmas dormidas à capacidade medida em termos de lotação de camas, obtém-se uma taxa de ocupação de 57,6%, também inferior à do ano anterior e associável à lógica de maior libertação e disponibilização dos recursos patrimoniais para a saúde.

Internamento

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Doentes	28 531	27 704	27 372	26 870	27 761	29 116
Dias de internamento ...	220 562	211 743	207 901	211 997	214 924	212 167
Lotação	977	972	988	989	989	1 009
Demora média (dias)....	7,7	7,7	7,6	7,9	7,7	7,3
Taxa de ocupação (%).	61,9	59,7	57,7	58,7	59,5	57,6

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

Os meios complementares dos actos médicos nos serviços de saúde totalizaram 3,8 milhões de ocorrências em 2008.

Destas ocorrências, 3,3 milhões integraram-se em actos de diagnóstico e correspondem grosso modo aos diversos tipos de exames e análises clínicas.

Por sua vez, as ocorrências de terapêutica somaram 523 milhares de actos como, por exemplo, tratamentos de fisioterapia, hemodiálise, gastroenterologia, electrocardiografia, que se desenvolvem sobretudo nos hospitais ou, então, em centros de saúde com capacidade de internamento.

Meios Complementares

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Diagnóstico ...	2 360 416	2 689 171	2 734 950	2 879 754	3 176 640	3 338 872
Terapêutica ...	346 769	364 377	424 525	461 800	467 199	523 626
Total	2 707 185	3 053 048	3 159 475	3 341 554	3 643 839	3 862 498

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

O volume de profissionais nos serviços de saúde traduziu-se em 4517 elementos activos em 2008, incorporando um aumento de 3,2% em relação ao ano anterior.

Pelo volume de emprego de base e pela intensidade de crescimento ao longo do ano foram os grupos de profissionais de enfermagem e de técnicos de diagnóstico e terapêutica que contribuiram para o alargamento de níveis de qualificao dos recursos humanos activos no conjunto dos serviços regionais de saúde.

Pessoal

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Médicos.....	466	465	506	510	514	491
Enfermeiros.....	1 013	1 036	1 095	1 212	1 256	1 336
Técnicos de diagnóstico e terapêutica.....	202	212	216	226	238	257
Outro pessoal	2 358	2 386	2 397	2 367	2 371	2 433
Total	4 039	4 099	4 214	4 315	4 379	4 517

Fonte: Direco Regional de Saúde.

Os equipamentos e serviços tendem, por um lado, a generalizar-se e disseminar-se territorialmente em valências de medicina mais preventiva e, por outro lado, a especializar-se e concentrar-se em valências de medicina mais curativa, que implica utilizaes mais intensivas de recursos.

No primeiro caso são os centros de saúde e respectivos serviços de proximidade (extensões e postos de enfermagem) as principais unidades de aco.

No segundo caso so os hospitais com serviços de mbito regional que assumem a responsabilidade de garantia e materializao do direito  saúde.

A distribuo territorial reflecte diversas características de dimensão e acessibilidade dos lugares que oferecem serviços de saúde nas ilhas.

Distribuo por ilhas

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	AÇORES
Profilaxia	1 195	37 231	13 766	1 114	1 992	3 412	3 985	972	117	63 784
Consultas e urgências	23 341	468 676	235 490	24 484	53 251	66 549	86 809	27 060	2 658	988 318
Doentes	811	15 499	7 130	357	901	701	3 448	269	0	29 116
Lotao	20	515	230	16	64	40	106	16	2	1 009
Meios Complementares	81 183	2 078 729	864 122	74 623	143 383	191 722	348 581	80 065	90	3 862 498
Pessoal	72	2 253	1 192	53	121	172	597	53	4	4 517

Fonte: Direco Regional de Saúde.

16. SEGURANÇA SOCIAL

O total de 48 155 pensionistas apurados pelo Centro de Gestão Financeira da Segurança Social, relativo ao ano de 2008, representa um crescimento de 0,5% em relação ao ano anterior.

Este acréscimo decorreu da evolução do número de pensões em vida por velhice como substituição de retribuições do trabalho e, também, do número de pensões de sobrevivência.

Já o número de pensões por invalidez em acidente ou por doença voltou a registar um decréscimo, contribuindo para a moderação na evolução total.

Pensionistas da Segurança Social

	Pensionistas (Total)	Pensionistas por		
		Velhice	Invalidez	Sobrevivência
2003	47 531	24 539	8 777	14 215
2004	48 372	24 722	9 228	14 422
2005	48 593	24 900	9 077	14 616
2006	51 137	26 294	9 208	15 635
2007	47 937	24 387	8 807	14 743
2008	48 155	24 534	8 783	14 838

Fonte: C.G.F.S.S.

As receitas somaram um total de 208,8 milhões de euros, incorporando em relação ao ano anterior um crescimento à taxa média anual de 5,5%.

Esta evolução resultou fundamentalmente do acréscimo das receitas obtidas por via das contribuições que, sendo estruturalmente dominantes, condicionam a evolução geral.

Do lado das despesas, quer das prestações dos regimes, quer da acção social, registou-se um crescimento superior ao das receitas para o mesmo período.

Assim, os saldos mantiveram-se positivos, mas relativamente mais moderados do que no ano anterior.

Receitas e Despesas Correntes

1 000 Euros

	2006	2007	2008
Receitas	182 198	197 876	208 750
Contribuies.....	175 178	189 390	199 653
Rendimentos	2 478	3 620	4 707
Outras.....	4 542	4 866	4 390
Despesas	138 424	150 793	160 384
Prestaces dos regimes*	67 694	72 994	78 886
Aco Social	38 619	41 221	44 743
Administrao e outras	32 111	36 578	36 755
Saldo (Receitas – Desp.)	43 774	47 083	48 366
Saldo (Contrib. –Prestac.)	107 484	116 396	120 767

* Conforme nova Lei de Bases.

Fonte: CGFSS.

Nas despesas das prestaes dos regimes evidenciou-se uma reduo do Rendimento Social de Insero, mesmo em termos nominais.

Já as despesas para a proteco familiar e para o subsídio social de desemprego registaram crescimentos significativos.

Despesas – Prestaces dos Regimes *

1 000 Euros

	2006	2007	2008
Rendimento Social de Insero	16 138	17 478	16 966
Subsídio Social de Desemprego/provisório/majorao ..	4 369	4 055	4 488
Regime Não Contributivo	873	821	922
Regime Transitório dos Rurais	1	2	1
Regime Especial de Seg. Social das Actividades Agrícolas.....	1 445	1 464	1 377
Subsídio Social na Maternidade.....	0	0	231
Proteco Familiar.....	21 236	20 938	26 324
Prestaces Sociais.....	1 695	1 812	1 781
Repartico - Regime Geral	27 419	26 423	26 702
Políticas Activas de Emprego e Formao Profissional...	0	0	93
TOTAL.....	73 176	72 994	78 886

* Conforme nova Lei de Bases.

Fonte: CGFSS.

A fim de prevenir situações de maior carência e apoiar pessoas e grupos sociais mais vulneráveis, as despesas de acção social registaram o montante de 44,7 milhões de euros.

As despesas com a Infância e Juventude e com a Terceira Idade continuaram a registar um maior peso estrutural, mas foi nas de Família e Comunidade que se registaram novamente crescimentos mais significativos.

Despesas – Acção Social

1 000 Euros

	2006	2007	2008
Infância e Juventude.....	19 967	20 840	22 940
Família e Comunidade	5 015	6 267	7 234
Invalidez e Reabilitação	3 600	3 716	3 720
Terceira Idade	10 037	10 398	10 849
Total	38 619	41 221	44 743

Fonte: CGFSS.

17. SOCIEDADE DA INFORMAO

Os elementos divulgados no relatório anual do Grupo de Trabalho para Acompanhamento das Estatísticas da Sociedade de Informaco (GTAESI) fazem uma compilao de dados obtidos em vários inquéritos da responsabilidade de entidades públicas produtoras de estatísticas, podendo afirmar-se que abrangem temáticas desde a procura do consumidor individual até à utilizao pública por organismos do Estado, passando por entidades associadas em empresas e organizaes de carácter mais particular.

Comunicaes electrónicas

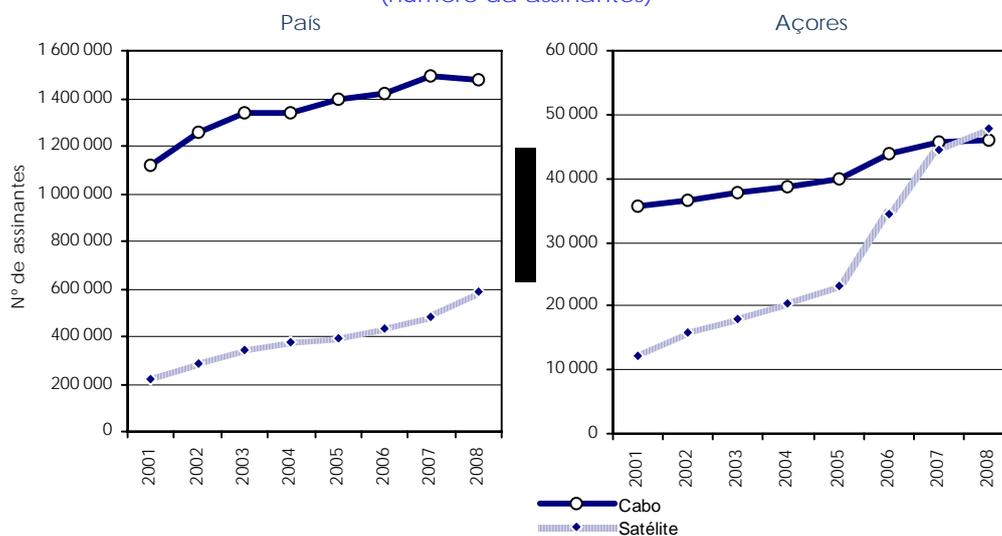
A Autoridade Nacional de Comunicaes ICP-ANACOM vem divulgando indicadores sobre o sector das telecomunicaes que reflectem processos de infra-estruturao e difusão tecnológicas.

Os indicadores evidenciam crescimentos de expansão, registando taxas superiores às de evoluo média das actividades econmicas em geral.

O caso dos indicadores sobre a distribuo do sinal de televisão na Região Autnoma dos Açores revela uma preferência crescente pela via satélite, em termos alternativos à distribuo por cabo.

Evoluo da Distribuo do Sinal de Televisão

(número da assinantes)



População e as TICs (agregados domésticos e utilizadores individuais)

Na óptica da posse de computadores e de ligações à Internet pelos agregados domésticos, os dados para o ano de 2008 representam alargamentos moderados nos graus de cobertura das respectivas tecnologias.

Naquele ano, os 52% de agregados que possuíam computador e os 41% que dispunham de ligação à internet representam acréscimos no grau de cobertura em relação ao ano anterior de 2% e de 1%, respectivamente, correspondendo a variações anuais menos intensas do que em anos anteriores.

Posse de Computador e Ligação à Internet pelos Agregados Domésticos – evolução na R.A.A.

Unidade: %

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Posse de computador.....	32,0	35,8	41,0	45,0	50,0	52,0
Ligação à Internet	22,0	31,3	37,4	38,0	40,0	41,0

Fonte: A Sociedade da Informação em Portugal 2008; INE.

Esta evolução insere-se na dinâmica do conjunto do país, com diferenças de variação de crescimento entre as diversas regiões reduzidas e que se vão compensando em termos de crescimento a médio prazo.

Já, em relação aos níveis de cobertura média nos países da EU verifica-se uma margem para crescer ainda expressiva, atendendo que nesses países a utilização de tecnologias idênticas, por parte dos respectivos agregados domésticos, se encontra já em patamares superiores.

Posse de Computador e Ligação à Internet pelos Agregados Domésticos, 2008*

Unidade: %

	Açores	Portugal	UE, 27
Posse de computador.....	52	50	67
Ligação à Internet.....	41	46	60

* Os dados da UE sobre Posse de Computador referem-se a 2006.

Fonte: A Sociedade da Informação em Portugal 2008; INE.

Na ptica dos utilizadores de forma individualizada, constata-se que 40,0% das pessoas utilizaram o computador e 35,0% acederam à Internet.

As principais formas de utilizao segundo diversas tipologias (etárias, profissionais, motivacionais, etc.) mantiveram, em geral, as características já observadas em anos anteriores. Maioritariamente serão os grupos etários mais jovens a utilizar estas tecnologias. A utilizao de computador e da Internet variar na razão directa do nível de instruo. Serão os estudantes e os empregados, os grupos mais utilizadores do computador e da Internet. As competências adquiridas ao nível da utilizao de computador e de Internet serão, maioritariamente, devidas a processos de auto – aprendizagem. A comunicao e pesquisa de informao serão as actividades mais frequentes no uso da Internet. Quanto a encomendar e/ou comprar produtos e serviços, a maioria dos utilizadores, permanecerá pouco receptiva a esta modalidade alternativa ao comércio tradicional.

Utilizao de Computador e de Internet pelos Indivíduos – evoluo R.A.A.

Unidade: %

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Utilizao de Computador.....	29,0	31,1	33,4	35,0	37,0	40,0
Utilizao de Internet.....	20,0	22,5	26,3	28,0	30,0	35,0

Fonte: A Sociedade da Informao em Portugal 2008; INE.

Observando agora os níveis de utilizao de computador e de Internet e comparando-os aos valores médios nos contextos de Portugal e da União Europeia, verifica-se um certo paralelismo aos aspectos assinalados anteriormente, ou seja: a evoluo que se vem verificando  reveladora de uma fase de difusão ou expansão com margem de crescimento significativa para se aproximar de patamares a nível da UE27.

Utilizao de Computador e de Internet pelos Indivíduos, 2008

Unidade: %

	Açores	Portugal	EU 27
Utilizao de computador.....	40	46	66
Utilizao de Internet.....	35	42	61

Fonte: A Sociedade da Informao em Portugal 2008; INE.

Empresas e Organizações

Entre os dados de empresas e organizações em geral (onde se inclui as de ensino) encontram-se presentemente desagregados territorialmente os relativos a organismos hospitalares.

Assim, os organismos hospitalares açorianos dispõem de equipamentos informáticos e de ligações à internet praticamente generalizados, encontrando-se a sua presença numa fase significativa de progressão.

Utilização de Computador e de Internet pelos Organismos hospitalares, evolução RAA

	2004	2006	2008
Computador.....	100	100	100
Ligação internet.....	100	100	100
Internet em banda larga.....	100	88	88
Presença na internet.....	50	63	75

Fonte: A Sociedade da Informação em Portugal 2008; INE.

Estes indicadores encontram-se em níveis comparáveis aos registados em termos nacionais. A maior diferença é observada na ligação em banda larga.

Utilização de Computador e de Internet pelos Organismos hospitalares, 2008

	Açores	Pais
Computador.....	100	100
Ligação internet.....	100	97
Internet em banda larga.....	88	95
Presença na internet.....	75	73

Fonte: A Sociedade da Informação em Portugal 2008; INE.

Os dados sobre telemedicina, em geral, mostram que a actividade se mantém em prática em cerca de 20% dos organismos, sendo mais utilizada para diagnóstico e consulta do que para prescrição electrónica e monitorização.

Administraes Públicas

Os diversos organismos da Administrao Pública Regional dispõem de acesso generalizado à Internet há diversos anos. Entretanto continuam a registar-se progressos em termos das respectivas presenças e condições de ligao a velocidade superior.

Já a política de disponibilizao do acesso a todos os trabalhadores tem-se situado mais frequentemente na ordem de grandeza de 80% dos organismos.

As encomendas de bens e serviços são praticadas por uma pequena fraco dos organismos.

Evoluo de Indicadores (Internet) nos organismos da RAA

Unidade: %

	2004	2005	2006	2007	2008
Ligao à Internet	97	100	100	100	100
Velocidade de ligao à Internet superior a 512 Kbps.....	29	46	55	78	78
Política de acesso à Internet a todos os trabalhadores	77	80	88	95	85
Organismos com presença na Internet	68	77	90	93	93
Organismos que realizam encomendas.....	18	21	15	10	20

Fonte: A Sociedade da Informao em Portugal 2008; INE.

As encomendas de bens e serviços também registam utilizações reduzidas nos organismos dos outros níveis de administrao (central e local).

Se os índices sobre os meios de internet são mais amplos ao nível local, o acesso é mais abrangente aos níveis central e regional.

Indicadores (Internet) nas Administraes Públicas, em 2008

Unidade: %

	Central	RAA	Local
Ligao à Internet	100	100	100
Velocidade de ligao à Internet superior a 512 Kbps.....	93	78	96
Política de acesso à Internet a todos os trabalhadores.....	87	85	67
Organismos com presença na Internet	92	93	99
Organismos que realizam encomendas através da Internet...	48	20	28

Fonte: A Sociedade da Informao em Portugal 2008; INE.

